

Fábio Delduca

JORGE KAJURU:

A liberdade de imprensa no banco dos réus

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS
FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO – UNIFAE**

Curso de Comunicação Social

Habilitação Jornalismo

São João da Boa Vista (SP)

Outubro/2006

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS
FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO – UNIFAE**

Curso de Comunicação Social

Habilitação Jornalismo

Fábio Delduca

JORGE KAJURU:

A liberdade de imprensa no banco dos réus

Monografia de conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE, sob orientação da Profª Ms. Maria do Socorro Furtado Veloso

São João da Boa Vista

Outubro/2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

O presente trabalho foi examinado, nesta data, pela banca examinadora do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de São João da Boa Vista – UNIFAE:

Profº Ms Francisco de Assis Carvalho Arten

Profª Maria de Fátima dos Santos Ribeiro

Profª Ms. Maria do Socorro Furtado Veloso
Orientadora

Profº Ms Camilo Antônio de Assis Barbosa
Coordenador

MÉDIA FINAL: _____

DATA: ____ / ____ / 2006.

Dedico este trabalho a todos que defendem a liberdade de imprensa como fundamento imprescindível para uma sociedade verdadeiramente democrática. Aos professores que, durante os quatro anos de curso, nos mostraram qual o verdadeiro papel de um jornalista. À minha família e amigos, que me ofereceram o alicerce para a minha caminhada, em especial às queridas avós Cândida Helena e Maria Antônia, grandes exemplos de superação e ética.

Agradecimentos

À professora Socorro, que além de grande mestre é uma amiga que levarei para a vida toda. À Selma Mariano pela revisão. Ao Jorge Kajuru pela entrevista e à Simone Magalhães pela colaboração.

*“Posso não concordar com uma só palavra do que dizeis,
mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo”
Voltaire, filósofo iluminista do século XVIII*

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada a cerca do assunto Liberdade de Imprensa, tendo como objeto principal o jornalista Jorge Kajuru. Ele é considerado o profissional de comunicação mais processado do país, tendo, inclusive, sido condenado à prisão por crime contra a honra.

A leitura desta monografia permite promover uma discussão sobre os princípios essenciais do jornalismo, cujo profissional necessita da liberdade para o pleno exercício da profissão.

PALAVRAS CHAVE: jornalismo - liberdade de imprensa - Jorge Kajuru

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - LIBERDADE DE IMPRENSA: CONCEITUAÇÃO	12
1.1 - Liberdade garantida por lei	12
1.2 - Lei de imprensa	14
1.3 - Entrave legal à liberdade	15
1.4 - Declaração de Chapultepec	18
1.5 - Carta pela imprensa livre	20
CAPÍTULO 2 - A LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL	22
2.1 - O início da imprensa no Brasil	22
2.2 - Primeira legislação	23
2.3 - Movimentos populares: Cipriano Barata e Frei Caneca	24
2.4 - Evolução e retrocesso da liberdade	26
2.5 - Discussão atual sobre liberdade de imprensa	29
2.6 - Ações da FENAJ e da ANJ	30
2.7 - Quem são os agressores?	32
2.8 - Repórteres sem fronteiras	34
CAPÍTULO 3 - VIDA E DESAFIOS DE JORGE KAJURU	36
CAPÍTULO 4 - RÁDIO K: ATENTADOS À LIBERDADE	42
4.1 - Dossiê K, o livro proibido	42
4.2 - Liberdade de imprensa não se vende	43
4.3 - Processos e perseguição: ditadura goiana	45
4.4 - Cobertura da Copa do Mundo	50
4.5 - Kajuru declara apoio a candidatos de oposição	50
4.6 - “É hora de abandonar”....	51
CAPÍTULO 5 – JORGE KAJURU: CRÍTICO E POLÊMICO	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Esta monografia atende a uma preocupação que nos acompanha desde o início do curso de Jornalismo: a liberdade de imprensa. Por diversas vezes paramos para pensar se este direito estava sendo cumprido no Brasil, e, principalmente, se poderíamos gozá-lo em nossa atividade profissional. O jornalismo livre, crítico e independente de interesses particulares contribui para o desenvolvimento intelectual, social e econômico da sociedade. Uma democracia plena começa pela possibilidade de abordar todos os assuntos de interesse coletivo. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2004, p.23), “a finalidade do jornalista é levar informação às pessoas para que estas sejam capazes de se autogovernarem”.

O objetivo deste trabalho é discutir a questão da liberdade de imprensa como condição essencial para o pleno exercício do jornalismo. Tal princípio é tão imprescindível que a ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu o dia 3 de maio como a data destinada ao debate, à reflexão e ao balanço sobre o que se tem feito para preservá-lo.

De acordo com o diretor-geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Koichiro Matsuura¹, a data tem como finalidade mostrar a importância da discussão do tema, fazendo-se respeitar princípios legais de cada país, bem como o Artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos, que prevê a liberdade de expressão e de imprensa. Sem o cumprimento básico dessa norma não se pode estabelecer uma democracia e garantir o desenvolvimento social. Isso só é possível por meio de uma mídia independente, livre e plural, que promova debates democráticos e assegure a transparência nos processos políticos. É mediante esta prática jornalística que a sociedade adquire condições de se informar plenamente, evitando a alienação promovida por órgãos movidos unicamente pelo lucro.

A liberdade de imprensa não se tornou uma bandeira defendida apenas por profissionais de comunicação, mas também pela sociedade. Ela não deve ser vista somente como um direito atribuído aos jornalistas de relatar, discutir e abordar: diz

¹ MATSUURA, Koichiro. Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Disponível em <http://www.pautasocial.com.br/artigo.asp?idArtigo=179>. Acesso em 18/04/2006.

respeito a qualquer cidadão, uma vez que está relacionada ao direito público à informação.

No livro *Jornalismo, ética e liberdade*, José Francisco Karam faz referência a um pensamento do filósofo Karl Marx em defesa da liberdade de imprensa. Marx afirmava que a “essência da imprensa livre é a característica, razoável e ética da liberdade. O caráter de uma imprensa censurada é a falta de caráter da não liberdade” (KARAM, 1997, p.21).

O livre exercício do jornalismo provoca tentativas de censura, perseguições ou a imposição de legislação, que muitas vezes acabam privando os jornalistas da tarefa de bem informar. Por essa razão, elegemos como objeto de estudo o jornalista Jorge Kajuru, vítima de dezenas de processos judiciais decorrentes da postura crítica adotada em sua vida profissional.

De acordo com levantamento da revista *Consultor Jurídico* (2004), o jornalista acumula 109 processos judiciais. Kajuru já enfrentou mais de 80 ações por calúnia, injúria e difamação desde 1981. É réu em processos movidos pelo técnico Vanderlei Luxemburgo, pelo ex-presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo José Farah, pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, pelo presidente da Fifa, Joseph Blatter. No cenário político, também é processado pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, e pelo empresário goiano Jaime Câmara Júnior. Este último em função de denúncias feitas por Kajuru sobre um esquema fraudulento para beneficiar a emissora de TV afiliada da Globo com transmissões exclusivas dos jogos do campeonato goiano.²

No livro *Síndrome da Antena Parabólica*, Bernardo Kucinski faz uma referência ao filósofo Engels, dizendo que os melhores textos jornalísticos são aqueles que possuem sinais de censura prévia, uma vez que as informações que sofrem esse tipo de represália carregam o fato verídico:

Por isso, o lugar da autocensura na história da repressão ao pensamento e à informação durante o regime militar acabou saturado pelos episódios menos frequentes, porém mais espetaculares de censura exógena, fechamento de jornais e prisões de jornalistas. (KUCINSKI, 1998, p.52)

² Site Agência de Notícias. Disponível em <http://www.an.com.br/2004/jun/06/0mac.htm>. Acessado em 19/04/2006.

A presente monografia foi conduzida com base em duas ferramentas metodológicas: a pesquisa bibliográfica e a entrevista. Segundo Magda Alves (2003,p.53), pesquisas bibliográficas são desenvolvidas por meio de fontes já elaboradas, como livros, artigos científicos e publicações periódicas, ou seja, as chamadas “fontes de papel”. Entre os autores pesquisados, podemos citar: Juarez Bahia, Nelson Werneck Sodré, Manuel Carlos Chaparro, Alberto André, Luiz Beltrão, Francisco José Karam, Bernardo Kucinski, Carlos Rizzini, entre outros.

Quanto à entrevista, sua característica mais evidente é a investigação direta do objeto de estudo. Na entrevista que realizamos com o jornalista Jorge Kajuru, em maio de 2006, utilizamos o método não estruturado, ou seja, não havia um roteiro fixo a ser seguido. A entrevista partiu do tema liberdade de imprensa, passando pelas vivências profissionais do jornalista. Alves (2003, p.61) defende que “este tipo de entrevista favorece a coleta de dados, uma vez que o entrevistador não está preso a um roteiro e não transforma o momento em um ritual de perguntas e respostas”. Os recursos utilizados foram uma filmadora Sony, microfone de lapela e um minigravador.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. O capítulo 1 discute o conceito da liberdade de imprensa, aborda as ações adotadas por órgãos e entidades para garantir o direito essencial ao exercício jornalístico e define os crimes de injúria, calúnia e difamação.

O capítulo 2 aborda os atentados à liberdade de imprensa cometidos no Brasil. Traz um levantamento histórico acerca da questão, desde o Império até os dias atuais. Levantamentos feitos por entidades como Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), ANJ (Associação Nacional de Jornais) e RSF (Repórteres sem Fronteiras) mostram que, apesar de acordos internacionais, que deveriam zelar pelo jornalismo livre de qualquer censura e regulamentação, casos de perseguições, prisões e violações são cada vez mais comuns.

O capítulo 3 apresenta a biografia de Kajuru, seguida pelo capítulo 4, que faz a discussão em torno dos processos, ameaças e perseguições efetuadas pelo principal grupo político do estado de Goiás durante os cinco anos que comandou a Rádio K.

No capítulo 5, discorremos sobre a entrevista cedida para a elaboração deste trabalho acadêmico. São opiniões de Kajuru sobre o jornalismo brasileiro, liberdade de imprensa e histórias vividas por ele durante 30 anos de carreira.

- CAPÍTULO 1 -

LIBERDADE DE IMPRENSA: CONCEITUAÇÃO

Valor inerente e essencial ao desenvolvimento da personalidade humana e da vida social, a liberdade deve ser compreendida pelo jornalista como indispensável para exercer sem entraves a sua atividade intelectual. Isso significa poder exprimir livremente suas idéias, em qualquer ordem de pensamento, quer seja pela palavra oral ou escrita. Para ser livre, o indivíduo precisa ter asseguradas condições em que possa expandir o seu intelecto e personalidade, sem outras restrições senão aquelas que constam na lei (BELTRÃO, 1992, p.158).

A liberdade de imprensa é tão fundamental para o exercício do jornalismo quanto o fato o é para a notícia. De outro modo não é possível informar. Como forma de zelar pela liberdade, vários textos jurídicos trazem essa garantia, apesar de muitas vezes não serem cumpridos. A primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos, elaborada em 1787 e em vigor até os dias de hoje, determina que não haverá nenhum tipo de controle sobre as liberdades individuais, além de abolir a autocensura e defender uma sociedade com os verdadeiros princípios democráticos:

"O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos".³

1.1 – Liberdade garantida por lei

A liberdade de imprensa é um conceito fundamental para os governos regidos pela democracia como forma de eliminar a censura. Esse princípio tem respaldo no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovado em 10 de dezembro de 1948, pela Organização das Nações Unidas:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de

³ Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Tradução nossa

*procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.*⁴

Na Constituição Brasileira o artigo 5º, inciso IX, estabelece a liberdade de manifestação de pensamento sem que os indivíduos sofram qualquer tipo de censura. A Carta Magna foi promulgada em 1988, três anos após o fim da ditadura militar (1964 - 1985), surgindo com a necessidade de restabelecer os direitos humanos e sociais do país, abalados durante os anos de chumbo: “*É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”.⁵

A garantia legal da liberdade de expressão implica, diretamente, na consolidação da liberdade de imprensa como ferramenta essencial para a liberdade da sociedade, seja essa para servir como difusora ou receptora de informação. Por meio da Declaração de Chapultepec, em março de 1994, no México, diversos países das Américas do Norte, Central e Sul assinaram um protocolo de intenções visando preservar o direito à liberdade de imprensa no continente.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, realizada em San José, Costa Rica, em 1969, estabelece, no artigo 13, atenção especial à liberdade de expressão. Nesse período, o Brasil vivia os anos de chumbo da ditadura militar e, por esse motivo, ratificou a carta apenas em 1992:

*Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.*⁶

O código de ética dos jornalistas brasileiros, em vigor desde 1986, determina no artigo 1º que o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, não podendo ser impedido por nenhum interesse. Adiante, no

⁴ Íntegra da Declaração Universal dos Direitos Humanos está disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em 08/05/2006

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 08/05/2006

⁶ Convenção Americana De Direitos Humanos. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>. Acesso em 08/05/2006

artigo 9º, estabelece que os jornalistas devem lutar pela liberdade de pensamento e expressão, além de defender o livre exercício da profissão (ANDRÉ, 2000, p.18).

Apesar de toda a base legal, a liberdade de imprensa sofre ameaças em virtude de “brechas” oriundas dos textos. De acordo com Karam (1997), os dispositivos da Constituição permitem toda a sorte de interpretações particulares, conforme a posição política, ideológica e cultural de quem tem o poder para deliberar sobre determinado fato ou afirmação. No inciso IV do artigo 221, a Carta Magna determina que a programação das emissoras de rádio e televisão deve atender os valores éticos e sociais da família. Porém, o conceito “valores éticos e sociais da família” não determina que tipo de família a lei especifica, abrindo espaço para censura e atentados à liberdade de informação: *“Podemos estar sujeitos aos padrões éticos de uma família do início do século, com tendências repressoras, ou daquelas que impulsionaram, juntamente com os filhos, o woodstok, pregando a liberdade no mundo”*. (KARAM, 1997, p. 17)

O jornalista Carlos Rizzini defende, no livro *Liberdade de Imprensa*, a criação de instrumentos para reprimir abusos que venham a ser cometidos por jornalistas. De acordo com Rizzini, o sentido de liberdade de imprensa não deve ser confundido com libertinagem, deixando o jornalista livre para fazer o que bem entender. É preciso seguir regras, leis predeterminadas que façam com que os profissionais da comunicação sigam uma legislação específica: *“Devemos todos trabalhar por uma imprensa cada vez mais livre – livre das limitações externas, que são a opressão e livre das internas, que são a irresponsabilidade”*. (RIZZINI, 1998, p. 45)

1.2 – Lei de imprensa

No Brasil, todos os assuntos ligados à imprensa são tratados por meio de leis específicas. A Lei de Imprensa nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, elaborada pelo governo militar (1964-1985), representa a quinta tentativa de instituir uma legislação específica à imprensa brasileira.

Os militares, instalados no poder por meio de um golpe defendiam, a princípio, a liberdade de imprensa, mas a cerceavam na prática, de forma menos ou mais violenta, de acordo com cada momento histórico. Como observa Carlos Eduardo Lins da Silva (1991), essas contradições às vezes eram sutis, outras vezes escandalosas, como o texto da Lei de Imprensa de 1967 que, em seu artigo

primeiro, afirma com ênfase: “*É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e difusão de informação ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura*”.⁷

Logo em seguida, no parágrafo primeiro, os militares instituíram um texto privando a liberdade de imprensa ao determinar que não seria aceita, entre outras, a publicação de notícias que fizessem oposição ao governo, determinando: “*(...) não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe*”.

Tramita no Congresso, desde 1991, um projeto⁸ para substituir a presente lei. De autoria do ex-senador Josaphat Marinho (BA), teve aprovação da Associação Brasileira de Imprensa, mas sofreu pressões de grupos políticos de esquerda, que apresentaram outra propositura. Os dois projetos foram relatados em 1995 pelo senador José Fogaça (RS), mas ainda não houve votação em plenário em virtude dos vários pontos de divergência nos setores políticos. Entre os temas mais polêmicos está o da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, a eliminação da exceção da verdade para certas personalidades, como o Presidente da República, e a substituição da pena de prisão para jornalistas por multas e prestação de serviços comunitários (ANDRÉ, 2000, p.80).

1.3 – Entrave legal à liberdade

Muitas violações à liberdade de informar são registradas no dia-a-dia. A legislação traz uma carga de atribuições ao jornalista, que lhe impede o pleno exercício da profissão. Segundo o jornalista José Nêumanne Pinto, a lei brasileira possui empecilhos a essa liberdade editorial, chegando a classificar a nossa democracia como uma “democracia pela metade”⁹. A menção feita por Nêumanne está relacionada aos sucessivos casos de processos judiciais sofridos por jornalistas, atribuindo-se a eles crimes de injúria, calúnia e difamação. A seguir, a definição dos três crimes contra a honra, previstos no Código Penal:

⁷ Lei de Imprensa. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/Leis/Lei%20de%20Imprensa.html>. Acesso em 10/04/2006.

⁸ Projeto da nova Lei de Imprensa. Disponível em <http://www.igutenberg.org/projeto.html>. Acesso em 10/04/2006.

⁹ “Honra não se reduz a valor pecuniário”. Site da ANJ. Disponível em: <http://www.anj.org.br/jornalanj/index.php?q=node/291&PHPSESSID=a715bc1436879a367024396e35c21288>. Acesso em 28/07/2006.

- *Injúria* - No Direito consiste em atribuir a alguém qualidade negativa, que ofenda sua honra, dignidade ou decoro. É um crime que consiste em ofender verbalmente, por escrito ou fisicamente (*injúria real*), a dignidade ou o decoro de alguém, ofendendo o moral, abatendo o ânimo da vítima.¹⁰

- *Difamação* - É um termo jurídico que consiste em atribuir a alguém fato determinado ofensivo à sua reputação, honra objetiva, e se consuma quando um terceiro toma conhecimento do fato. De imputação ofensiva que atenta contra a honra e a reputação de alguém, com a intenção de torná-lo passível de descrédito na opinião pública. A difamação fere a moral da vítima, a injúria atinge seu moral, seu ânimo.¹¹

- *Calúnia* - É uma afirmação falsa e desonrosa a respeito de alguém. Consiste em atribuir falsamente, a alguém, a responsabilidade pela prática de um fato determinado definido como crime, feita com má-fé. Pode ser feita verbalmente, de forma escrita, por representação gráfica ou internet. A Calúnia Qualificada é a que é praticada contra o chefe do executivo nacional ou estrangeiro e funcionário público em razão de suas funções; pode ser na presença de várias pessoas ou por meio que facilite sua divulgação.¹²

De acordo com o terceiro capítulo da Lei de Imprensa - *Dos Abusos no Exercício da Liberdade de Manifestação do Pensamento e Informação* -, os jornalistas que sofrerem processos por crime de difamação podem ser condenados à prisão. O jornalista Jorge Kajuru foi condenado a 18 meses de cadeia em regime aberto, depois de ser processado pelo presidente do grupo de mídia Organizações Jaime Câmara, Jaime Câmara Júnior, proprietário da TV Anhangüera e de vários jornais e estações de rádio em Goiás, que impetrou ação criminal contra Kajuru alegando que sua honra e reputação haviam sido atingidas em consequência de comentários do jornalista durante a programação da Rádio K. O caso girou em torno da alegação de que a TV teria ganho os direitos de transmissão do campeonato goiano de futebol devido ao relacionamento próximo do governador Marconi Perilo (PSDB) com o grupo.

Segundo o Código Penal, no capítulo V “Dos crimes contra a honra”, no artigo 138, a calúnia é condenada com detenção de seis meses a dois anos e multa fixada pelo juiz. No artigo 139 a pena pela difamação pode ser de três meses a um

¹⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inj%C3%BAria>. Acesso no dia 28/07/2006

¹¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Difama%C3%A7%C3%A3o>. Acesso no dia 28/07/2006

¹² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%BAnia>. Acesso no dia 28/07/2006

ano de prisão, além de multa. Injúria implica pena de um a seis meses de cadeia mais multa, conforme o artigo 140.

Pela Lei de Imprensa, os crimes de difamação podem ser punidos com detenção de 3 a 18 meses, e multa de 2 a 10 salários mínimos. Crimes de Injúria são apenados com detenção de um mês a um ano ou multa que pode variar até dez salários mínimos. Para os crimes de calúnia as penas são ainda maiores: detenção, de seis meses a três anos, e multa, que pode chegar a 20 salários.

O Comitê para Proteção dos Jornalistas, sediado em Nova York e que se dedica a defender a liberdade de imprensa no mundo, repudiou a decisão da Justiça brasileira de condenar Kajuru à prisão. Segundo a CPJ, enquanto a detenção por delitos de imprensa não for eliminada da América Latina, os processos continuarão comuns. Em 2004, a Corte Internacional de Direitos Humanos derrubou a sentença contra um jornalista da Costa Rica que havia sido condenado a ficar preso após ser acusado de difamação. A Corte determinou que a sentença fosse anulada, pois violava o direito universal de liberdade de expressão.

Segundo Beltrão (1992, p.168), na antiga Alemanha a reparação do dano moral sofrido impunha ao difamador que, perante o Tribunal, batesse na própria boca e gritasse: "Boca, tu mentiste!". Para o autor, se o jornalista tem o dever de exercitar amplamente a sua liberdade para ser fiel à missão de favorecer e ajudar a atividade dos demais membros da sociedade, ao poder público cabe outra tarefa, que é a de proteger e assegurar a liberdade de imprensa. Beltrão (1992, p.159) afirma, porém, que essa liberdade pode ser limitada somente quando for necessário para proteger a liberdade de todos.

O advogado Víctor Gabriel Rodríguez¹³ considera que a liberdade de imprensa é fundamental para o desenvolvimento democrático da sociedade, porém defende penas para os excessos cometidos:

Limites podem ser impostos, porque nenhum direito é absoluto. Nenhum. Nem mesmo a vida. Se o direito à vida fosse absoluto, o Código Penal não poderia prever a legítima defesa (art. 25). Os direitos são garantidos na Constituição, mas encontram uns nos outros seus próprios limites.¹⁴

¹³ Víctor Gabriel Rodríguez é advogado especializado em direito de imprensa, mestre e doutorando em Direito Penal pela USP e autor do livro *Responsabilidade Penal na Lei de Imprensa: Responsabilidade penal sucessiva e Direito Penal Moderno* e da novela: *A Hora do Carvoeiro: História de um amor pelo crime*.

¹⁴ RODRIGUES, Victor Gabriel. *O jornalista aos olhos da lei penal*. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=294CID001>. Acesso dia 12/04/2006)

1.4 – Declaração de Chapultepec

A legislação específica para a imprensa representa, em alguns casos, o cerceamento à liberdade de imprensa, além de colidir com os ideais defendidos por tratados internacionais, como é o caso da Declaração de Chapultepec. Em março de 1994, a Conferência do Hemisfério, organizada pela Sociedade Interamericana de Imprensa, resultou na elaboração do documento que contém dez princípios essenciais para garantir a liberdade de imprensa no processo democrático, abolindo qualquer legislação que venha coibir esse direito. O documento agregou opiniões de líderes políticos, escritores, acadêmicos, advogados e jornalistas das Américas do Sul, Central e Norte, todos reunidos no Castelo de Chapultepec, no México:

Sem liberdade não pode haver verdadeira ordem, estabilidade e justiça. E sem liberdade de expressão não haverá liberdade. A liberdade de expressão e da busca, difusão e recepção de informações, só se exercerá se existir liberdade de imprensa. (A LIBERDADE DE IMPRENSA E A LEI-SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA, 2000, p.10):

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso já havia assinado a Declaração de Chapultepec ainda no primeiro ano de governo. Em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou novamente o acordo, após solicitação da Associação Nacional dos Jornais. A cerimônia aconteceu no dia 3 de maio, quando se comemora o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Reforçando seu compromisso com a liberdade de expressão, o presidente avaliou que graças a ela, depois de mais de 20 anos de uma trajetória política como líder sindical, chegou à Presidência da República. *“Enquanto eu for presidente da República a imprensa será cada vez mais livre e não haverá nenhuma censura”*, disse Lula.¹⁵

Contraditoriamente, dois anos antes, em 2004, o correspondente do *New York Times*, Larry Rother, quase teve sua licença de trabalho cassada após a publicação de uma reportagem na qual revelava uma suposta preocupação nacional com o consumo de bebidas pelo presidente Lula. Depois da grande repercussão do caso, o governo desistiu da medida. Esse episódio contribuiu para que o país caísse três pontos no ranking de liberdade de imprensa elaborado pela organização Repórteres

¹⁵ Notícias da UNESCO. Disponível em: http://www.unesco.org.br/noticias/ultimas/declarachapultepec/noticias_view. Acessado 06/06/2006)

Sem Fronteiras (RSF). Para a ONG, a imprensa brasileira continuava exposta a violentas represálias.¹⁶

Apesar de a Declaração de Chapultepec ter sido assinada pelos principais chefes de estado, a avaliação feita por membros da Sociedade Interamericana de Imprensa é que a liberdade de imprensa teve poucos avanços em diversos países, mesmo em localidades que possuem governos democráticos. Jorge Eduardo Fascetto, presidente da entidade em 1998-1999, acredita que isso ocorre porque muitos políticos não admitem críticas, atribuindo à imprensa a culpa pelos atos cometidos por eles (A LIBERDADE DE IMPRENSA E A LEI – SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA, 2000, p.10).

A Declaração determina que a imprensa livre é fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou imprensa, seja qual for o meio de comunicação. O compromisso dos governos signatários é respeitar os dez princípios:¹⁷

I – Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício dessa não é uma concessão das autoridades, é um direito inalienável do povo;

II – Toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente. Ninguém pode restringir ou negar esses direitos;

III – As autoridades devem estar legalmente obrigadas a pôr à disposição dos cidadãos, de forma oportuna e equitativa, a informação gerada pelo setor público. Nenhum jornalista poderá ser compelido a revelar suas fontes de informação;

IV – O assassinato, o terrorismo, o seqüestro, as pressões, a intimidação, a prisão injusta dos jornalistas, a destruição material dos meios de comunicação, qualquer tipo de violência e impunidade dos agressores, afetam seriamente a liberdade de expressão e de imprensa. Esses atos devem ser investigados com presteza e punidos severamente;

V – A censura prévia, as restrições à circulação dos meios ou à divulgação de suas mensagens, a imposição arbitrária de informação, a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo e as limitações ao livre exercício e movimentação dos jornalistas se opõem diretamente à liberdade de imprensa;

VI – Os meios de comunicação e os jornalistas não devem ser objeto de discriminações ou favores em função do que escrevam ou digam;

¹⁶ Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u88782.shtml>. Acessado 20/08/2006

¹⁷ Dez Princípios da Declaração de Chapultepec, Castelo de Chapultepec, México. 1994

VII – As políticas tarifárias e cambiais, as licenças de importação de papel ou equipamento jornalístico, a concessão de freqüências de rádio e televisão e a veiculação ou supressão da publicidade estatal não devem ser utilizadas para premiar ou castigar os meios de comunicação ou os jornalistas;

VIII – A incorporação de jornalistas a associações profissionais ou sindicais e a filiação de meios de comunicação a câmaras empresariais devem ser estritamente voluntárias;

IX – A credibilidade da imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, à busca de precisão, imparcialidade e eqüidade e à clara diferenciação entre as mensagens jornalísticas e as comerciais. A conquista desses fins e a observância desses valores éticos e profissionais não devem ser impostas. São responsabilidades exclusivas dos jornalistas e dos meios de comunicação. Em uma sociedade livre, a opinião pública premia ou castiga;

X – Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público.

1.5 – Carta pela imprensa livre

Em 1987 foi aprovada, por jornalistas de 34 países, a Carta para a Imprensa Livre¹⁸, durante a conferência mundial sobre problemas de censura "Voices of Freedom" (Vozes da Liberdade), realizada em Londres. A Conferência foi organizada pelo World Press Freedom Committee (Comitê Mundial de Liberdade de Imprensa). As propostas desta carta, que sintetizam os princípios necessários à liberdade de imprensa, foram ratificadas por várias entidades. De acordo com o WPFC, uma imprensa livre significa um povo livre. Para este fim, existem princípios básicos para um livre fluxo de notícias e informações tanto dentro como através de fronteiras nacionais, merecendo o apoio de todos aqueles que tenham compromisso com o desenvolvimento e a proteção das instituições democráticas:

1- A Censura, direta ou indireta, é inaceitável; assim, leis e práticas que restrinjam o direito dos meios noticiosos de colher e distribuir informações devem ser abolidas. As autoridades governamentais, nacionais ou locais, não devem interferir no conteúdo das notícias impressas ou transmitidas, ou restringir o acesso a qualquer fonte noticiosa;

2- Veículos independentes, tanto impressos como eletrônicos, devem ser autorizados a se constituírem e a operar livremente em todos os países;

3- Não deve haver discriminação pelos governos em seu tratamento, econômico ou de outra natureza, dos meios noticiosos dentro de um

¹⁸ Carta para a Imprensa Livre. Disponível em: http://www.sergiomattos.com.br/liv_controle08.html. Acesso em 11/06/2006

País. Naqueles Países onde também existem meios governamentais, a mídia independente deve ter a mesma liberdade de acesso que a mídia oficial tem a todo o material e recursos necessários para as suas operações de impressão e transmissão;

4- Os Estados não devem restringir o acesso ao papel de imprensa, aos meios para imprimir, a sistemas de distribuição, às operações de agências de notícias e à disponibilidade de freqüências e aos recursos para utilizá-las;

5- Práticas legais, técnicas ou tarifárias das autoridades na área de comunicações que inibem a distribuição de notícias e restringem o fluxo de informações são condenadas;

6- Veículos governamentais devem gozar de independência editorial e estar abertos a uma diversidade de pontos de vista. Isto deve ser afirmado tanto pela lei como na prática;

7- Deve haver acesso irrestrito à mídia impressa e eletrônica dentro de um País às notícias e serviços informativos do exterior, e o público deve gozar de liberdade similar para receber publicações estrangeiras e transmissões do exterior sem interferência;

8- As fronteiras nacionais devem ser abertas aos jornalistas estrangeiros. Não devem ser aplicadas quotas e as solicitações de vistos, credenciais de imprensa e outros documentos necessários devem ser aprovados rapidamente. Os jornalistas estrangeiros devem ter permissão para viajar livremente dentro de um País e ter acesso tanto a fontes noticiosas oficiais como não-oficiais e ter permissão para importar e exportar livremente todo o material e equipamento profissional necessário;

9- Restrições ao livre ingresso no campo do jornalismo ou à sua prática através de habilitações ou outras modalidades de certificados devem ser eliminados;

10- Jornalistas, assim como todos os cidadãos, devem ter segurança pessoal e contar com total proteção da lei. Jornalistas trabalhando em zonas de guerra são reconhecidos como civis gozando de todos os direitos e imunidades concedidos a outros civis.

Apesar da legislação, dos tratados internacionais e da luta dos jornalistas para garantir a liberdade de imprensa, cabe à sociedade reivindicar e não aceitar a censura aos veículos de comunicação. Beltrão (1992, p.167) afirma que os cidadãos serão chamados à própria responsabilidade em defender este princípio como fator indispensável na busca de informação e conhecimento. Para o autor, além de imposições de ordem jurídica, as restrições à liberdade de imprensa podem resultar de fatores filosóficos, morais e religiosos. Desta forma, cabe à sociedade cobrar dos jornalistas que equilibrem a liberdade com a responsabilidade.

- CAPÍTULO 2 -

A LUTA PELA LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL

No Brasil, a discussão sobre a liberdade de imprensa é tão antiga quanto o próprio jornalismo. Ao longo da história, o país passou por diversas tentativas de supri-la em face de interesses particulares, que falavam mais alto que os interesses coletivos.

2.1 – O início da imprensa no Brasil

A busca pela liberdade de imprensa no Brasil data do Império. Muitos foram os personagens que marcaram a história do início da imprensa lutando pelo direito de informar sem restrições, sejam essas legais ou por interferência dos governos. Em 1747, era proibida a instalação de tipografias no Brasil, prevendo-se prisão e exílio aos infratores. O clima de terror intelectual, segundo Rizzini (1957, p.23), dura até 1808. Esta data marca o lançamento da imprensa no país por meio de três acontecimentos. O primeiro é a publicação do *Correio Braziliense*, elaborado pelo jornalista Hipólito José da Costa. Em seguida, a instalação das oficinas da Impressão Régia e a elaboração da Gazeta do Rio de Janeiro, ambas motivadas pelos interesses particulares da família real, instalada no país após vir de Portugal fugindo da invasão francesa.

Segundo Chaparro (1998, p.21), Hipólito escrevia e imprimia o jornal em Londres. Era exilado político, encontrando no governo britânico a proteção para a publicação do Correio, que era distribuído clandestinamente, primeiramente em Portugal, depois no Brasil. O jornal tinha característica enciclopedista e mantinha postura politicamente liberal. O jornalista mantinha o sonho iluminista de promover o homem a centro do universo, e no primeiro número escreveu:

O primeiro dever do homem em sociedade é de ser útil aos membros dela. E cada um deve, segundo suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício dela, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela; as luzes que ele espalha tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente e

desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas quando estes, munidos da sua crítica sã e de uma censura adequada, representam os fatos de momento, as reflexões sobre o passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro. (CHAPARRO, 1998:23)

Em setembro do mesmo ano, começa a circular no Brasil a Gazeta do Rio de Janeiro, considerado jornal oficial do Império e impresso no próprio país a partir da instalação da Imprensa Régia, em 24 de junho de 1808, idealizando os princípios de D. João VI de contestar as opiniões proliferadas por Hipólito da Costa. A publicação do periódico era de responsabilidade de uma junta nomeada pela corte, havendo em grande parte atos oficiais e anúncios de compra e venda de escravos. Embora mantivesse visão unilateral, a Gazeta estampava um aviso aos leitores dizendo que, apesar de pertencer aos oficiais da secretaria de estado, não era oficial, sendo o governo responsável apenas pelas páginas dos atos oficiais (BAHIA, 1990, p.13).

O início da impressão no Brasil é tardio em comparação com outros países do continente americano, bem como a discussão sobre o tema de liberdade de imprensa. A primeira tipografia das Américas surgiu no México em 1533, a segunda, em 1584, no Peru. Em 1600, nos Estados Unidos, já havia tipografias preparadas para imprimir jornais. Em terras brasileiras coube a D. João VI a iniciativa da instalação da Imprensa Régia, criando a junta imperial formada por oficiais do governo para examinar todos os papéis e livros que fossem publicados. Era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais (SODRÉ, 1998, p.18).

A história da liberdade de imprensa no país foi, portanto, moldada durante maior parte a partir do fato de ser uma colônia portuguesa, deixando-a refém dos ideais repressores e controladores da corte. Para efeito de comparação, em 1787 os Estados Unidos já haviam promulgado a Constituição e logo na primeira emenda garantiam a liberdade de expressão a todos os cidadãos. Isso veio a acontecer tardiamente no Brasil, e somente graças às constantes batalhas travadas ao longo dos anos (SILVA, 1991, p.97).

2.2 – Primeira legislação

De acordo com Bahia (1990, p.299), por mais bela que seja a declaração a respeito da liberdade de imprensa, incluída em qualquer constituição, sua garantia deve depender da opinião e do estado geral de espírito do povo e do governo.

A primeira legislação específica para a imprensa no Brasil é de 1822. Houve alterações em seu texto original em 1823, 1826 e 1827. Em 1828, com a promulgação da primeira Constituição brasileira, o conceito de liberdade de imprensa ganha expressão no artigo 179, parágrafo 4º:

*Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determina.*¹⁹

O Brasil colônia sofria com a falta de uma imprensa livre. Os movimentos pela liberdade se difundiam no mesmo passo que cresciam nos países europeus. O tema era sempre tratado com cautela pelos governantes, que temiam uma sociedade bem informada. Portugal foi um dos últimos países a declarar a liberdade de imprensa. A lei foi promulgada em 1820, mas dois anos depois foi cassada por interferência política (CHAPARRO, 1998, p.29).

2.3 – Movimentos populares: Cipriano Barata e Frei Caneca

No Brasil, os movimentos populares tentavam antecipar essa liberdade. Em 1817 a Constituição Pernambucana, resultado de uma revolução popular²⁰, proclamava a liberdade de expressão, atribuindo aos autores de qualquer obra e seus impressos a responsabilidade pelos ataques à religião, à constituição e aos bons costumes (RIZZINI, 1998, p.34).

Sobre a Constituição Republicana, Sodré (1998, p.92) comenta que os rebeldes brasileiros de 1817 se referem à liberdade de pensamento, proclamando-a, mas temendo-a. A liberdade é também um hábito difícil de adquirir, de entrar para a

¹⁹ Constituição Política do Império do Brasil - 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 20/07/2006

²⁰ Pernambuco foi palco de várias revoltas, revoluções e conspirações, em geral inspiradas pela Revolução Francesa, pela maçonaria e pelo Iluminismo. Idéias européias de liberdade, igualdade e fraternidade se espalhavam entre os pernambucanos mais afortunados, geralmente os aristocratas literatos dos engenhos de cana-de-açúcar. Chegou até mesmo a existir por alguns meses a República Pernambucana, resultado da Revolução de 1817.

normalidade da aceitação e do comportamento. As declarações citadas refletem ainda o medo à liberdade que a servidão secular inspirava.

A revolução revelou dois importantes personagens, que merecem destaque pela defesa da imprensa libertária. Os jornalistas Cipriano Barata e Frei Caneca foram os precursores do levante contra o império absolutista. Cipriano estudou em Coimbra, onde foi influenciado pelos ideais da Revolução Francesa. Ao retornar ao Brasil foi preso, envolvido em denúncias de conspiração contra o governo, mas por falta de provas foi liberado. Ingressou na revolução republicana em 1817 (CHAPARRO, 1998, p. 37).

Foi fundador do jornal republicano *Sentinelas da Liberdade*, que durante sua existência (1823 – 1889) era apontado como ícone dos periódicos republicanos e sinônimo de jornalismo combativo e livre. O ideal humanista está presente nas obras de Cipriano, que reclama a emancipação e a liberdade, ideal que o acompanha mesmo atrás das grades como alguém que não pode e não deve cessar de protestar (BAHIA, 1990, p.94). Eleito deputado à Constituinte pela Bahia em 1823, não pôde tomar posse, sendo substituído pelo suplente. Em dezembro havia sido preso e recolhido à fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Mesmo preso, edita as *Sentinelas* de número 66 com o título *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da força armada reunida*, denunciando a violência de que é vítima e protestando contra o arbítrio do imperador.

É libertado em 1830 e saudado por diversas províncias como “um campeão da liberdade”. Um ano depois edita a *Sentinela da Liberdade – hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos*, denunciando a tentativa de suborno para deixar de escrever, e é novamente preso. Ao longo de sua militância pela liberdade, editou pelo menos 143 edições das *Sentinelas*. Deixou o combate em 1835, mudando-se para o Rio Grande do Norte, onde ficou até sua morte.

Durante o período de 1823 a 1830, enquanto Cipriano estava preso, coube ao Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o Frei Caneca, a responsabilidade de ser o porta-voz dos rebeldes e defensor de uma imprensa livre. Herói pernambucano, guerreiro republicano, padre, jornalista, foi um dos mentores do levante separatista que em 1824 tentou implantar uma federação republicana reunindo as Províncias de

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Derrotado, foi preso e condenado à morte por fuzilamento no dia 15 de janeiro de 1825 (CHAPARRO, 1998, p.38).

Frei Caneca foi responsável pela publicação do *Tifis Pernambucano*, que durante os oito meses de existência não deu tréguas ao absolutismo. No número 24, o jornal apresentou as bases de um programa político elaborado por intelectuais da província de Pernambuco. Nele, destacava como princípios a liberdade de imprensa, a admissão livre dos cidadãos às funções públicas e uma referência ao trabalho escravo (SODRÉ, 1998, p.95).

Para Sodré, a historiografia oficial atribuiu a Frei Caneca o título de discípulo de Cipriano Barata, uma vez que as publicações de *Tifis Pernambucanos* supriam a ausência do jornalista preso, seguindo a linha crítica das *Sentinelas*.

2.4 – Evolução e retrocesso da liberdade

Com o fracasso da revolução Pernambucana, a Constituição Portuguesa trouxe o texto sobre liberdade de imprensa no artigo 8º, determinando que a livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos dos homens. A partir daí a censura começou a ficar mais branda até que, em 28 de agosto de 1821, ficou declarada inteiramente a livre manifestação do pensamento no Brasil: “*Nunca mais se teve notícia sobre censura prévia no Brasil, nem no primeiro reinado, nem na Regência, nem no segundo reinado. Reapareceu, para vergonha nossa, nas humilhantes sínopes democráticas da República*” (RIZZINI, 1998, p.35).

Considerado por alguns como tirano e por outros democrata, D. Pedro I chegou a instituir no Brasil a liberdade absoluta de imprensa, permitindo, até, publicações anônimas. Mas o imperador começou a perder controle sobre as publicações e o teor das informações que eram transmitidas, até que proibiu os jornais anônimos. Em 18 de junho de 1822, foi regulamentado o texto da primeira Lei de Imprensa, redigida por José Bonifácio, ministro do imperador. A nova legislação proibia o anonimato e criava um júri para julgar os abusos cometidos pelos jornalistas. O primeiro jornalista a se sentar na cadeira do júri foi o português João Soares Lisboa, do *Jornal Correio do Rio de Janeiro*, que fazia oposição ao

imperador. Ele foi absolvido pelo júri, processado novamente pelo governo e exilado. Morreu em um atentado no ano de 1824.

De acordo com Rizzini, esse período histórico foi o grande marco de liberdade de imprensa vivido no Brasil, talvez pela influência das idéias iluministas e da maçonaria, que pregavam a liberdade e a justiça.

Após a proclamação da república (15 de novembro de 1889), um decreto presidencial datado de 1921 inicia a instalação da censura nesse novo processo político brasileiro. A determinação é a proibição de publicações de textos com conteúdo ideológico-anarquista, difundidos pelos jornais e gazetas da época.

Em 1930, a livre manifestação e a liberdade de imprensa voltaram a surgir mediante o artigo 113, capítulo II – Dos direitos e das garantias individuais, na Constituição de 1934, originada após a Revolução Constitucionalista de 1930. O texto permite ainda que sejam publicados livros e periódicos sem a prévia licença do poder público e assegura o direito de resposta:

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a Lei determina.²¹

Após a promulgação da Constituição, o governo edita o Decreto nº 24776 – Lei de Imprensa, trazendo as garantias de liberdade para o exercício profissional dos jornalistas. Mas essas leis possuem vida curta, uma vez que o presidente Getúlio Vargas institui o Estado Novo, criando a censura, com restrições e limites às manifestações do pensamento. Adotando a ideologia política fascista, Vargas exclui qualquer tipo de liberdade de imprensa.

Em 1930, Vargas nomeia Salgado Filho para ocupar a 4ª Delegacia Especializada, no Rio de Janeiro, com a missão de organizar um serviço de censura. Os trabalhos do novo censor começam com as notificações às redações dos jornais e das rádios. As ordens não acatadas implicavam na apreensão das edições.

A estratégia adotada pelo presidente era a de colocar jornalistas para fazerem o papel de censores. No início, a 4ª Delegacia contratou cerca de 30 jornalistas para

²¹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 20/07/2006

desempenharem o trabalho com salário de 300 mil réis, valor que atraía a atenção de vários profissionais (BAHIA, 1990, p.299). Em 1939, Vargas cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para executar o controle da opinião e regulamentar a censura. Dois anos antes, um decreto presidencial tornava obrigatória a publicação de propaganda e informações oficiais do governo. Com isso, as redações recebiam grande quantidade de verbas públicas. Além disso, o governo subsidia a compra de papéis, que representavam o maior custo para as empresas jornalísticas, e a compra de equipamentos gráficos e de som.

Segundo Bahia (1990, p.309), essa cumplicidade do governo com os órgãos de imprensa dificultava o processo de luta pelo restabelecimento da democracia e pela liberdade de imprensa. Com a falta de liberdade de imprensa, os jornalistas ficavam obrigados a noticiar apenas o que os censores permitiam e com o consentimento dos proprietários dos veículos de imprensa.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, a imprensa restabelece a sua plena liberdade. Em 2 de dezembro do mesmo ano é eleito presidente o General Eurico Gaspar Dutra, iniciando um novo ciclo de constitucionalidade e liberdade de imprensa no país.

Com o fim do Estado Novo e com a aprovação da nova Constituição, em 1946, o artigo 141, parágrafo 5º, determinava: *“a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma da Lei, pelos abusos que cometer”*.

No ano de 1956 o presidente Juscelino Kubitschek apresentou ao Congresso um projeto de lei destinado a reformar a Lei de Imprensa. Num dos pontos mais polêmicos estava a punição de jornais que publicassem textos dos chamados “neo-absolutistas” que, segundo o presidente, incitavam a subversão da ordem pública. Essa medida proibia, por exemplo, que um determinado veículo de comunicação convocasse a população para a realização de protesto contra as altas taxas de inflação e, conseqüentemente, dos preços de diversos produtos. Antes de serem distribuídos, os jornais tinham suas reportagens avaliadas por uma equipe da polícia. Caso houvesse determinado assunto que não agradasse aos censores do governo, o jornal não poderia ser distribuído. Nesse período da história não havia a censura prévia, e sim a censura posterior (RIZZINI, 1998, p.79).

O cerceamento à liberdade de imprensa volta à tona com a truculência do golpe militar. Em outubro de 1965 é baixado o Ato Institucional nº2 pelo presidente

Castelo Branco. O AI-2 proíbe os políticos cassados de se manifestarem pelos veículos de imprensa sobre assuntos políticos. Em meados de 1968 a liberdade de imprensa é restrita com a edição do Ato Institucional nº5, determinando a censura em todo o país, proibindo toda e qualquer forma de manifestação de pensamento.

O AI-5 impõe controle total aos veículos de comunicação com a justificativa de que o governo precisava de instrumentos legais para enfrentar e eliminar a subversão. Com isso, abriu caminho para que, em 1970, o presidente general Emílio Garrastazu Médici elaborasse o decreto-lei 1.077, conhecido como Lei de Segurança Nacional, responsável pela implantação da censura prévia. A lei determinava que os abusos da liberdade de expressão seriam julgados por tribunais militares (CHAPARRO, 1998, p.61).

Para Kucinski (1998, p.60), o regime militar nunca estabeleceu um sistema oficial regular e amplo de censura, ao estilo do DIP (era Vargas). Ao analisar o totalitarismo, disse que nesses regimes o Estado tem uma “assustadora confiança na mentira”. A prática adotada durante os anos de chumbo foi a de instituir a autocensura, evitando a mentira direta, preferindo a meia verdade sobre os fatos.

A aplicação desta lei deve-se principalmente ao fato de oferecer aval jurídico à operação de destruição da imprensa alternativa, qualificação dada aos jornais encarados pelo regime como transgressores. Kucinski (1991, p.15) afirma que parte desses veículos possuía jornalistas motivados por ideais políticos de esquerda, quer seja por opção política ou porque lhes faltava espaço profissional na grande imprensa. No livro *Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*, Kucinski constatou que apareceram durante a ditadura 131 jornais alternativos, sendo que 94 deles sobreviveram menos de um ano.

2.5 - Discussão atual sobre liberdade de imprensa

Recentemente a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a UNESCO lançaram o site www.liberdadedeimprensa.org.br, uma rede em defesa da liberdade de imprensa no Brasil. Desde a sua fundação, em 1979, a Associação Nacional de Jornais promove iniciativas que incentivam a maior compreensão sobre a importância da liberdade de imprensa para a democracia e as liberdades coletivas e individuais. Em abril de 1997, o Conselho de Administração da ANJ aprovou a criação do “Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa”, com o objetivo de

desenvolver ações para garantir a liberdade dos jornalistas e denunciar iniciativas, arbitrariedades e atentados que prejudiquem, ameacem ou impeçam o livre exercício da atividade profissional.

Entre os objetivos da Rede de Defesa da Liberdade de Imprensa estão: a troca de informação; manter contato com entidades congêneres em todo o país e no exterior; promover iniciativas para a importância da liberdade de imprensa para a democracia e as liberdades coletivas e individuais; apoiar ações e agir contra a impunidade para os crimes praticados contra profissionais no exercício da profissão e veículos de comunicação no Brasil.²²

De abril de 1997, quando começou, até novembro de 2005, o Programa em Defesa da Liberdade de Imprensa registrou 179 casos contra este princípio no Brasil. A Lei de Imprensa brasileira de 1967, herdada do regime militar, pune delitos de imprensa com prisão e aumenta essas penas se o delito for cometido contra pessoas depositárias de cargos públicos. Em virtude disso, José de Arimatéia Azevedo, diretor do site *Portal AZ* de Teresina, Piauí, esteve detido durante quarenta e oito horas por injúria e calúnia. São as mesmas argumentações utilizadas nos 18 processos contra Lúcio Flávio Pinto, editor do quinzenário *Jornal Pessoal*, de Belém, Pará, cujos artigos sobre tráfico de entorpecentes, desmatamento ou corrupção não pouparam os poderes públicos regionais.²³

2.6 – Ações da FENAJ e da ANJ

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) fundada em 1946, juntamente com a Comissão Nacional de Direitos Humanos, divulga anualmente relatórios informando os casos de violências contra jornalistas e relatos de violação à liberdade de imprensa. O relatório da FENAJ divulgado em março de 2006 registrou 67 ocorrências de violência e violação à liberdade de imprensa em todo o território nacional. As informações são fornecidas pela própria imprensa, tendo como fontes os sites e boletins informativos dos sindicatos e denúncias feitas à entidade. Desde 2005 a Federação adotou, também, a aplicação de questionários em algumas redações do Brasil. A pesquisa permitiu conhecer casos de violência não

²² Site Liberdade de Imprensa. Disponível em: <http://www.liberdadedeimprensa.org.br/?q=node/5>. Acesso em 14/06/2006

²³ Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa – Repórteres sem fronteiras, 2005

denunciados pelas vítimas, até situações de censura e autocensura nos locais de trabalho dos jornalistas.

O jornalista Jorge Kajuru foi citado no relatório por causa de quatro ocorrências. A primeira delas pela condenação a 18 meses de detenção, em regime aberto, na Casa do Albergue de Goiânia. O processo foi aberto por Jaime Câmara Júnior, empresário de mídia e vice-presidente financeiro da Associação Nacional dos Jornais (ANJ). O jornalista acusou Câmara de receber favorecimentos do Governo do estado de Goiás.

A rede de denúncias de violência contra jornalistas, mantida pela ANJ em parceria com a UNESCO, não fez nenhum registro do caso.

Na data em que deveria se apresentar para começar a cumprir a pena, os advogados conseguiram a dilatação de prazo para tentarem transferir a execução da pena para São Paulo. Em maio, o ministro Arnaldo Esteves Lima, do Supremo Tribunal de Justiça, concedeu liminar suspendendo a prisão de Jorge Kajuru. Além da detenção, foi condenado ao pagamento de multa de duzentos dias-multa, no valor de um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos.

A segunda citação de Kajuru no relatório refere-se à suspensão, por meio de uma liminar do STF, de uma ação de difamação movida pelas Organizações Jaime Câmara contra o jornalista por ele ter colocado durante o programa de rádio TeleKajuru a denúncia de um ouvinte de que pesquisas eleitorais apresentadas pela Globo Goiás haviam sido fraudadas.

Em 2005, Kajuru também foi condenado a pagar 100 salários mínimos como indenização por danos morais ao governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Num programa de rádio, teria afirmado que o governador utilizava verba secreta do Palácio das Esmeraldas para comprar presentes, jóias e bebida alcoólica. Kajuru teve de pagar honorários advocatícios fixados em 15% e custas processuais. O programa foi exibido em 1999 na extinta Rádio K, que pertenceu ao jornalista. No mesmo programa, o comentarista disse que Perillo pressionou empresas para não fazerem propagandas em sua emissora. O juiz que julgou o caso disse que a liberdade de imprensa é “apanágio e essencial”, mas que tal liberdade deve ser punida em caso de excesso.

A apresentadora Luciana Gimenez interpelou Kajuru por danos morais depois de ser chamada de “burra” pelo jornalista durante o programa Boa Noite Brasil, da TV Bandeirantes. A defesa apresentada foi que a ação deveria ter sido dirigida à

emissora que veiculou o programa e que sua opinião não gerou nenhum dano à honra e imagem da apresentadora, porque se trataria de fatos relativos à vida em sociedade e de interesse da coletividade. No entanto, o juiz do caso concluiu que há como expressar opinião sem ofensas pessoais. A condenação foi o pagamento de indenização no valor de R\$40 mil.

Para o presidente da FENAJ, Sérgio Murilo de Andrade, a liberdade é um princípio indiscutível para o exercício do jornalismo. Na introdução do relatório *Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil (2005)*, Andrade sintetiza o jornalismo como sendo o responsável pela transcrição da história do presente, marcada pela luta em busca da liberdade, fazendo com que alimente a paixão insaciável pela profissão.²⁴

Segundo a coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos da FENAJ, Carmem Silva, o objetivo dos relatórios é tornar pública a discussão sobre a importância da liberdade de imprensa: “*A real garantia do exercício da liberdade de imprensa passa pelo cumprimento do papel social do jornalismo e do jornalista, que é de bem informar a população, permitindo que tenha acesso a toda informação de interesse público*”.²⁵

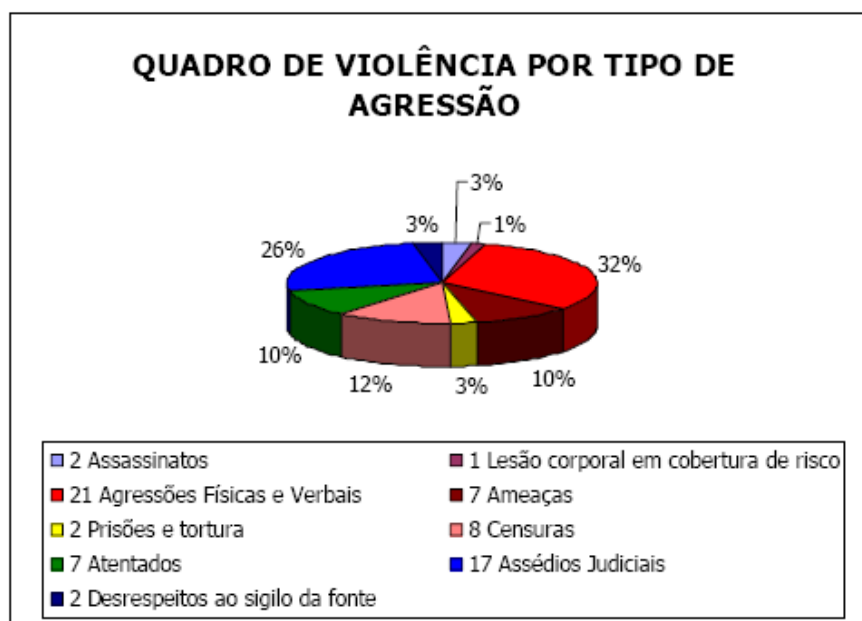
2.7 – Quem são os agressores?

Os políticos lideram o ranking das agressões contra jornalistas. Foram registradas 21 agressões (ameaças, assédio judicial e outras) atribuídas a políticos, pertencentes aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

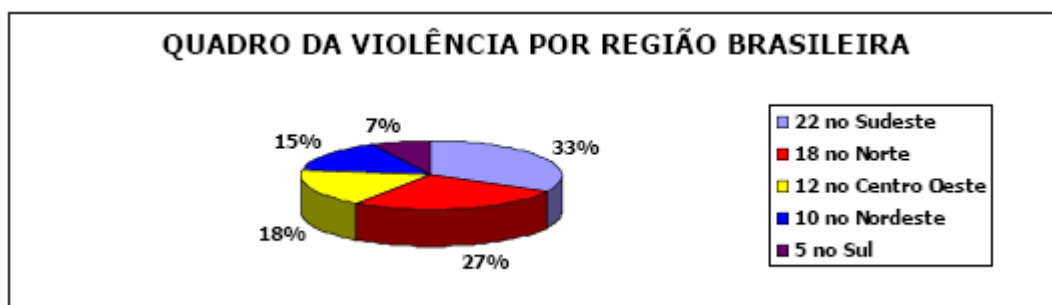
Do total de registros, as agressões físicas ou verbais estão presentes em 21 casos. O assédio judicial é a segunda maior, com 17 ocorrências. O relatório revelou ainda que a região mais violenta para o exercício do jornalismo é a Sudeste, com 22 atentados. Foi possível identificar também que, dos 59 profissionais vítimas de agressões, 45 eram homens e que 39 deles trabalhavam na mídia impressa. Profissionais de texto, de imagem, diretores e proprietários de jornais são as principais vítimas dos agressores.

²⁴ Andrade, Murilo Sérgio. Presidente da FENAJ – Brasília, março de 2006. Apresentação do Relatório FENAJ 2005, *Os jornalistas e a paixão pela liberdade*.

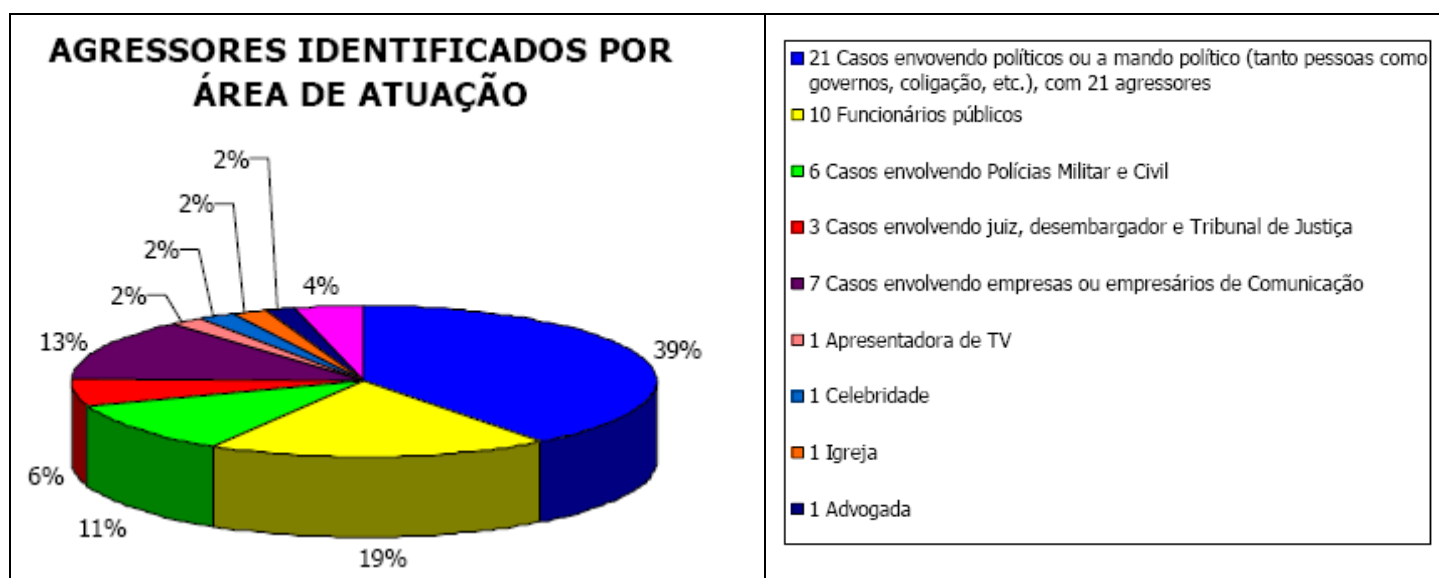
²⁵ Silva, Carmem. Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos da FENAJ – Brasília, março de 2006. Apresentação do Relatório FENAJ 2005 (*Só uma ação integrada garantirá a liberdade de imprensa*)



Fonte: Relatório FENAJ 2005 – Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil



Fonte: Relatório FENAJ 2005 – Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil



Fonte: Relatório FENAJ 2005 – Violência e Liberdade de Imprensa no Brasil

2.8 – Repórteres sem fronteiras

A imprensa livre de qualquer tipo de coerção fornece uma garantia de que o abuso de poder será denunciado, de que as autoridades serão vigiadas, de que o conhecimento será disseminado com mais rapidez e de que todo tipo de informação poderá chegar a quem dela mais necessitar.

A ONG francesa Repórteres Sem Fronteiras (RSF) divulgou em meados de abril de 2006 o ranking anual sobre a liberdade de imprensa no mundo²⁶. Fundada há 18 anos, a ONG levantou as ocorrências registradas por entidades representativas dos jornalistas de cada país, deixando claro onde os jornalistas possuem maior ou menor condições de trabalho. A Coreia do Norte, do ditador Kim Jong-il, é a última colocada no ranking. Os países melhores classificados são os do norte da Europa, como é o caso da Dinamarca, número um na classificação da Repórteres Sem Fronteiras. O Brasil está na 63ª posição, de um total de 167 países pesquisados, recebendo a nomenclatura de país com problemas consideráveis. Estamos abaixo de Argentina (59ª colocado), Chile (50ª), Uruguai (46ª) e Bolívia (45ª), e acima de Cuba (161ª), do México (135ª) e da Colômbia (128ª). Cuba é considerado, pela RSF, o único ponto das Américas onde não há nenhuma liberdade de imprensa.

Confira a classificação de alguns países, de acordo com relatório do RSF:

Classificação	País
1	Dinamarca
8	Eslováquia
9	República Checa
16	Áustria
18	Alemanha
21	Canadá
23	Portugal
24	Reino Unido
28	El Salvador
30	França

²⁶ Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no mundo. Disponível em http://www.rsf.org/rubrique.php3?id_rubrique=556. Acesso em 20/07/2006

41	Costa Rica
44	Estados Unidos
46	Uruguai
50	Chile
59	Argentina
63	Brasil
69	Paraguai
161	Cuba
164	Irã
167	Coréia do Norte

Fonte: Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no mundo (2006) - Repórteres Sem Fronteiras

- CAPÍTULO 3 - VIDA E DESAFIOS DE JORGE KAJURU

Jorge Reis da Costa, 45 anos, nasceu na cidade paulista de Cajuru, a 285 km de São Paulo, em 20 de janeiro de 1961. É filho único do padeiro José da Costa e da merendeira de grupo escolar Maria José Nasser da Costa.

Como sempre gostou de falar ao microfone, tornou-se locutor do serviço de alto -falante do coreto da praça, onde anunciava notas de falecimento durante o dia, e músicas à noite. Também foi locutor da Rádio Cultura de Cajuru, onde tinha um programa que abrangia todos os temas. Foi nesta rádio que ele começou a sofrer os primeiros problemas por expressar sua opinião. Teve diversas vezes o programa cortado pela diretora da emissora, principalmente quando fazia críticas ao prefeito da cidade.

Aos 15 anos mudou-se para Ribeirão Preto para trabalhar na Rádio Renascença, ao lado de José Luis Datena. Em maio de 1977 conseguiu um estágio na Rádio Globo através da indicação de Osmar Santos. A primeira oportunidade de falar ao microfone de uma grande emissora de rádio foi em 1978, quando Kajuru conseguiu um emprego na Rádio Capital. A emissora era dirigida por Hélio Ribeiro. A equipe de esportes era composta por Alfredo Orlando, Marco Antônio, Ávila Machado e Roberto Silva.

Permaneceu no emprego durante um ano e meio, de onde foi demitido por ter reclamado e xingado o diretor da emissora pela demissão de um funcionário.

Em 1979 Kajuru seguiu para Goiânia, onde trabalhou seis meses, seguindo depois para Belo Horizonte, onde permaneceu até 1983 na Rádio Itatiaia. Aos 21 anos de idade teve sua vida profissional impulsionada por importantes trabalhos como a cobertura dos jogos olímpicos e a Copa do Mundo.

Kajuru se destacou em Minas por suas entrevistas polêmicas, marcadas por perguntas diretas. Em determinado episódio o jogador Éder correu para agredi-lo no gramado ao ser indagado: “Você tem bloqueio mental, Éder, para ser expulso assim?”. Diversos furos de reportagem, entre eles a denúncia do uso de maconha por dois jogadores do América que viajavam de ônibus, marcaram a trajetória do jovem repórter.

Voltou para Goiânia em 1984. Naquele mesmo período o SBT montava, em São Paulo, a primeira equipe de jornalismo esportivo com a finalidade de cobrir o

Campeonato Paulista de Futebol, aos sábados e domingos. Foi quando Kajuru assinou o primeiro contrato de televisão com a emissora de Sílvio Santos. Em São Paulo conheceu Juca Kfourri, iniciando uma grande amizade.

No ano de 1986 Jorge decidiu que substituiria a letra C pela letra K em seu nome artístico que homenageava a cidade natal. A decisão de mudar a letra serviu para manifestar sua revolta com o prefeito cajuruense que não concedeu à sua mãe diabética uma aposentadoria. Posteriormente ele se desculpou com a população da cidade e nunca deixou de propagar seu amor pela terra natal e pelos amigos de infância.

Depois da Copa de 86 e com o fim do departamento de esportes do SBT, Kajuru decidiu voltar a Goiás com a esperança de conseguir a concessão de uma rádio AM. A solicitação ao Ministério das Comunicações foi feita utilizando o nome fantasia da emissora, a Rádio K.

O processo de liberação levou mais de dez anos. Entre os motivos apresentados por Kajuru, que justificavam a demora, era a de que os principais inimigos dele eram os políticos de Brasília e os cartolas do futebol.

Entre 1987 e 1997 ele arrendou horários em emissoras de rádio e TV goianas. Vendia os espaços comerciais, e ao final de cada mês juntava toda a receita, pagava os funcionários e a locação dos estúdios. O lucro era sigilosamente aplicado por um amigo de Belo Horizonte.

Kajuru foi praticamente o único jornalista de Goiás a criticar, ferozmente, o governador, Íris Rezende. Nenhuma concessão de rádio era autorizada para o estado sem antes passar pelo governador.

Por conta dessa pressão velada ninguém ousava dizer que o governador errava. Um fato curioso, relatado por Kajuru, foi a sugestão feita por um colunista de jornal para que fosse decretado feriado no dia do aniversário de Íris Rezende.

Observando que não conseguiria a concessão de uma emissora de rádio através do Ministério das Comunicações, a estratégia adotada foi a de comprar uma outra emissora, que estava à beira da falência. Era a Rádio Clube de Goiânia, loteada por pastores evangélicos que terceirizavam horários. Tinha equipamentos ultrapassados e prejuízo superior a 10 mil dólares por mês. A proprietária, Liliane Roriz, filha do ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), já não morava em Goiás.

Em julho de 1997 a Rádio K começava a nascer. O sonho de Kajuru se tornava realidade. As aplicações na poupança, feitas pelo amigo mineiro, renderam R\$ 300 mil, servindo para a aquisição de modernos equipamentos eletrônicos. A inauguração da nova rádio aconteceu no dia 1º de dezembro, contando com o depoimento de diversos jornalistas, entre eles Galvão Bueno e Alexandre Garcia:

Galvão Bueno: *“Era uma vez um garoto que nasceu em Cajuru, perto de Ribeirão Preto. Humilde, de família simples, mas carregado de talento, de inteligência, e acima de tudo de emoção. Jorrando coragem, vontade e alegria. Isso é o Kajuru. Um homem de força, homem de coragem, com um coração forte, que luta por ele, que luta por seus companheiros, por seus funcionários, e acima de tudo por seus ideais. E hoje dá, e isso é importante, um enorme presente a Goiânia e a Goiás: uma rádio como dificilmente vai se encontrar no país, na sua estrutura, na sua instalação, na sua capacidade técnica, nas pessoas que se unem a ele, pra fazer um rádio forte, audacioso, honesto, corajoso, combatido, e eu tenho certeza vitorioso. Mas, dentro desta rádio existe sempre um coração pulsando dos profissionais que entregam sua vida, sua arte, sua vontade, que lutam contra tudo e contra todos, e que tem o apoio claro dos amigos, dos anunciantes, formando essa corrente forte. Porque a Rádio K do Brasil não é a rádio de um empresário que herdou uma herança, ou que usou a rádio para fazer política. É a rádio de um profissional, de um menino humilde, que passou pelo rádio, pela televisão, que chegou a Goiânia e que hoje realiza seu sonho. Que não é só dele, é de todos nós. Que Deus te abençoe Kajuru, e a todos nós”.*

Alexandre Garcia: *“Eu estou integrado às feras do Kajuru e me sinto muito honrado por estar aqui. Eu que assisti uma época lá em Brasília, em que as pessoas por simpatia do governo recebiam canais de rádio e televisão, e vejo o Kajuru comprando uma rádio pela força do seu trabalho. Essa é uma homenagem ao trabalho! E a minha participação diária na Rádio K pretende fazer com que esta rádio inteligente, que com a potência duplicada não vai ter fronteira estadual que segure, de trazer essa mensagem de transformar o Brasil, transformando o cidadão. Para o cidadão deixar de ser consumidor cordeirinho, aprender que dinheiro no bolso significa poder; poder de fechar qualquer coisa, de fechar uma loja, fechar até uma rádio se não quiser mais nos ouvir. Por isso nós, como o Kajuru já me disse, somos empregados dos que nos ouvem. Eu acho que isso é que é democracia: a gente servir o povo. Temos o rabo preso com o povo. Esse é o objetivo!”*

O retorno a São Paulo aconteceu em 2000, após ameaças de morte sofridas pela esposa, supostamente a mando do governador Marconi Perillo, contra quem Kajuru havia feito diversas denúncias de irregularidades na administração pública.

Na RedeTV! trabalhou durante dois anos com o amigo Juca Kfourri. Participava do programa dominical de esportes Bola na Rede, e diariamente, ao

meio dia, apresentava o Hora do Kajuru e o TV Esporte. Nos dois programas que comandava sozinho Kajuru atingiu picos de audiência até hoje não superados pela emissora nos horários.

O contrato durou dois anos. No dia 3 de julho de 2002 o jornalista pediu demissão no ar por não concordar com a decisão da direção da RedeTV! de demitir Alberico Souza Cruz, diretor de jornalismo. A explicação de Kajuru foi dada ao vivo: *“Deixo essa emissora que só me fez feliz e entra na minha história, mas vivo por amizades e causas. Aqui só existem duas, e como uma delas está deixando a RedeTV!, eu deixo junto”*.

Poucos meses depois, em outubro, Kajuru foi contratado para apresentar na TV Cultura o programa Cartão Verde, uma mesa redonda semanal sobre esporte. Nesse período dedicava-se exclusivamente à carreira em São Paulo, dividida entre artigos escritos para a Folha de São Paulo, quando cobria as férias do colunista Tostão, além do comando das transmissões esportivas da Rádio Bandeirantes. Em Goiás a Rádio K não encontrava solução, e a falência era cada vez mais iminente.

A saída encontrada para evitar a falência foi abandonar a emissora. José Luís Datena assumiu publicamente a direção geral da Rádio K, tornando-se sócio ao lado do filho Joel, que já vivia há 10 anos em Goiás. Datena conversou pessoalmente com o governador Perillo, pedindo a ele que deixasse a emissora e seus 52 funcionários em paz. Havia relatos de que o governador pressionava os patrocinadores, afugentando os anúncios que a mantinham funcionando.

As lutas e glórias da emissora de Jorge Kajuru são contadas por meio de um portfólio, do *Informativo K* e do livro *Dossiê K*, distribuídos gratuitamente. Foram produzidos mais de 12 mil exemplares e a Justiça tenta apreendê-los até hoje, a pedido de Marconi Perillo, que tem o nome associado a casos de corrupção no livro.²⁷

No início de 2003 a Band TV ofereceu um projeto ousado e ao mesmo tempo irrecusável para Kajuru: um contrato por cinco anos com direito a levar a equipe de sua escolha. Ele comandaria diariamente programas esportivos das 12:00 às 13:00h, e das 20:00 às 20:30h, além de um programa de auditório apresentado ao lado de José Luiz Datena. Ao mesmo tempo, a Globo cogitou contratá-lo para comandar o esporte.

²⁷ Goiás: Polícia de Marconi reprime violentamente trabalhadores. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/10/37766.shtml>. Acessado em 10/08/2006

Juca Kfoury o aconselhou a assinar o contrato o mais rápido possível com a Band, porque entendia que, na Globo, Kajuru não suportaria três meses em função da falta de liberdade, regras e restrições a seu estilo de falar o que pensa.

O contrato com a Band foi assinado em 21 de março de 2003, prevalecendo a opção pela liberdade. Na semana de estréia a audiência aumentou em quatro vezes no horário do almoço e até cinco vezes no disputadíssimo horário das 20 horas.

Mas foi na Band que aconteceu algo inédito na televisão brasileira: a demissão ao vivo de um apresentador, no dia 2 de junho de 2004. Kajuru denunciou no ar que os deficientes físicos estavam sendo tratados “como gado” no Mineirão, em oposição ao tratamento dado aos convidados do governador de Minas Gerais Aécio Neves (PSDB) e da CBF, no jogo amistoso entre Brasil e Argentina.

Ao vivo de Belo Horizonte, Kajuru mostrava torcedores revoltados com a dificuldade de obter ingressos. Numa das entradas do estádio, dizia: *“Gente, nunca vi tanto carro de autoridade chegando ao Mineirão. São quase 10 mil convidados do Brasil inteiro, naturalmente com ingresso garantido. E o povo? O povo só teve acesso a 42 mil ingressos, caríssimos”*.²⁸

O apresentador chamou o intervalo, dizendo que retornaria em seguida, mas não voltou. Foi substituído por Fernando Nardini, em São Paulo, que não disse nada sobre o que teria ocorrido.

Em outubro de 2004 o jornalista voltou a apresentar o talk show Kajuru Liberado e o programa esportivo Hora do Kajuru, na TV Thathi, uma emissora a cabo de Ribeirão Preto.

Um novo contato com a emissora de Sílvio Santos aconteceu em março de 2005, quando foi convidado a trabalhar no SBT no programa Fora do Ar, ao lado de Adriane Galisteu, Hebe Camargo e Cacá Rosset. Além de apresentar, Kajuru também era diretor geral da atração, exibida às quartas-feiras à noite.

O Fora do Ar ficou na grade de programação até 20 de setembro. Foi retirado do ar com a alegação de que os índices registrados no Ibope eram baixos. Apesar disso, a imprensa atribuiu a decisão de Sílvio Santos ao comentário de Kajuru sobre a prisão do ex-governador Paulo Maluf, que, segundo ele, foi a “melhor notícia” de sua vida.

²⁸ Vídeo documentário “Liberdade, essa palavra”, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=88ZtDk9zxb8>. Acessado em 20/08/2006

Em dezembro, ainda no SBT, Kajuru estreou no programa Casamento à Moda Antiga, como o segundo apresentador, de segunda à sexta-feira. O primeiro era Sílvio Santos, aos domingos. Nesse período voltou a escrever para a Folha de São Paulo, substituindo Juca Kfourri, que estava de férias.

O jornalista recebe a proposta de comandar um programa dominical de esportes no SBT. No dia 2 de abril de 2006 aconteceu a estréia do *Jogo Duro*, um programa com entrevistas, participação da platéia, gols da rodada e opiniões do apresentador. Apesar do sucesso do programa, e de registrar bons índices de audiência, o contrato mantido com a emissora precisava ser renovado mensalmente. Até que em 14 de agosto a atração foi retirada do ar.

No dia 2 de outubro Jorge Kajuru voltou à TV, fazendo comentários esportivos diariamente durante dez minutos na emissora afiliada do SBT em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. O programa intitulado “Kajuru na área” é transmitido ao vivo, a partir das 13h, logo após o telejornal regional.

- CAPÍTULO 4 - RÁDIO K: ATENTADOS À LIBERDADE

4.1 - Dossiê K, o livro proibido

A história de perseguição que Jorge Kajuru viveu durante os cinco anos no Estado de Goiás é contada nas 268 páginas do livro *Dossiê K – uma história de corrupção e truculência*. Com distribuição gratuita, chegou a ser censurado em território goiano, sob a alegação de ser uma obra injuriosa e difamadora. Mesmo assim, houve a publicação de 12 mil exemplares, além de cópias estarem disponíveis na internet.

O prefácio, escrito pelo jornalista Juca Kfourri, apresenta Jorge Kajuru como um lutador romântico que se sacrifica em praça pública e que abre o peito para levar balas e estocadas em nome de um único ideal: a liberdade de imprensa:

Jorge Kajuru é o Don Quixote de Goiás, que faz de sua Rádio K o Sancho Pança, na batalha contra moinhos de vento bem concretos, dois governadores sucessivos e adversários entre si – um do PMDB, com Íris Rezende, outro do PSDB, com Marconi Perillo. (KAJURU, 2002, p. 7)

A trajetória narrada compreende o período entre janeiro de 1998 e setembro de 2002. Todas as denúncias transcritas no livro são apresentadas juntamente com documentos; uma tentativa de demonstrar a veracidade dos fatos revelados pelas reportagens.

A linha editorial é sustentada por quatro preocupações: 1) defender a imprensa livre; 2) recusar dinheiro público, aceitando anúncios apenas da iniciativa privada; 3) estabelecer relação de cumplicidade com o ouvinte; e 4) implantar o jornalismo investigativo no Estado.

O resultado da primeira reportagem investigativa da Rádio K foi a divulgação dos gastos oficiais do governo de Íris Rezende com veículos de imprensa, considerado por Jorge Kajuru como o preço para silenciar os jornalistas goianos. Em 1998, essas despesas chegaram a cerca de R\$ 49 milhões, sendo R\$ 21,5 milhões com jornais, R\$ 20,5 milhões com TV e R\$ 6,7 milhões com as rádios.

Em julho do mesmo ano o jornalista desafiou os políticos a disputarem as eleições contra Rezende, candidato à reeleição, chegando a afirmar que se não

houvesse ninguém na disputa, ele mesmo sairia como candidato de oposição. Mas isso não foi necessário, uma vez que Marconi Perillo entrou no pleito. Durante toda a campanha eleitoral, afirma o livro, a Rádio K fez a mais plural cobertura jornalística em Goiás. Dez dias antes das eleições do primeiro turno, a rádio denunciou a fraude da pesquisa IBOPE, encomendada pela TV Anhangüera, apontando vitória de Rezende.

O IBOPE havia sido contratado para realizar quatro rodadas de pesquisa no Estado. O primeiro resultado dava ao governador vantagem de 26% sobre o principal adversário. Mas a empresa foi dispensada e não concluiu a série pré-estabelecida, ficando a imprensa e o PMDB divulgando uma única pesquisa durante toda a campanha. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, o diretor do IBOPE, Carlos Augusto Montenegro, revelou que não foram feitas todas as pesquisas contratadas, confirmando a denúncia da Rádio K (KAJURU, 2002, p.15).

Marconi Perillo venceu o primeiro turno, levando as eleições para o segundo turno. Ele atribuiu a Jorge Kajuru um papel importante para o processo democrático, uma vez que revelou ações que ficavam escondidas. De certa forma acabou se beneficiando das reportagens investigativas. No dia da vitória, o candidato declarou:

(...) Kajuru, parabéns a você, a toda a sua equipe pela cobertura e pelo trabalho jornalístico exemplar. Corretíssimo. Você está dando uma lição de independência e a sua rádio está, sem dúvida, contribuindo para a democracia em Goiás. Vocês fizeram um trabalho sério, você chegou ao ponto de colocar sua rádio em jogo para que a verdade prevalecesse. Você deu uma grande contribuição à democracia em Goiás. Você teve um gesto de civismo, ao colocar em jogo seu patrimônio, para que a verdade prevalecesse (...). (KAJURU, 2002, p.16)

4.2 - Liberdade de imprensa não se vende

Para o segundo turno Kajuru recusou o patrocínio de R\$ 100 mil para dar continuidade à cobertura. A oferta teria sido feita por um dos coordenadores de finanças da campanha de Perillo, Ebrahin Arantes, que, juntamente com o repórter Weldon Paulo foi até a residência do jornalista para levar o dinheiro. Ao vivo, Kajuru declarou que votaria nulo, considerando os dois candidatos iguais, afirmando que “a

Rádio K continuaria fazendo oposição jornalística a qualquer governo eleito de Goiás, defendendo a posição de independência”. (KAJURU, 2002, p.26)

Eleito com 53,2% dos votos válidos Marconi Perillo procurou Kajuru, em novembro de 1998, para fazer duas propostas ao jornalista. A conversa teria sido testemunhada pela ex-mulher de Kajuru, a empregada e por quatro assessores do governador eleito. O político queria que a Rádio K desse uma trégua nas críticas ao governo, alegando que precisaria de muito tempo para recuperar o Estado - segundo ele, oito anos. Além disso, toda a denúncia que chegasse à equipe de jornalismo da rádio deveria ser informada à equipe do governador para que fossem tomadas as devidas providências, liberando a emissora para falar sobre o assunto depois que o fato tivesse sido solucionado.

A proposta foi recusada, com a alegação de que o governador queria instituir a censura prévia no Estado; Kajuru afirmou que “imprensa não foi feita para dar trégua” (KAJURU, 2002, p.27).

Nas transmissões da posse de Perillo a Rádio K recusou receber R\$ 9 mil que o governo pagou às demais emissoras. Durante a programação, e por vários dias, eram inseridos na grade discursos do governador enquanto candidato, dizendo que reduziria impostos e que garantiria a liberdade para a imprensa. Promessas que não estavam sendo cumpridas.

Com dificuldades financeiras, Kajuru denunciou que empresários que queriam investir na rádio estavam sendo ameaçados pelo governo. A denúncia foi desmentida pelo governador, que propôs uma mídia técnica no valor de R\$ 150 mil em troca da demissão dos jornalistas Martiniano Cavalcante e Luiz César Leleco, principais críticos da Rádio K.

Para tentar minimizar a crise, a rádio lançou o projeto “Associa K”, onde os ouvintes poderiam se associar à emissora pagando R\$ 5,00 por mês. Mas, no segundo mês, Kajuru desistiu da cobrança de mensalidade depois de ouvir críticas de outros jornalistas que comparavam o projeto às “sacolinhas dos pastores” nas igrejas.

Em abril de 1999 a Rádio K faz duas importantes denúncias contra Perillo. Uma delas era o esquema de corrupção e movimento financeiro ilegal de caixa 2 durante a campanha eleitoral. A empresa envolvida era a Ligue 900, de propriedade de Vilmar Guimarães, que havia sido tesoureiro da campanha e ocupava o cargo de

Secretário de Indústria e Comércio. Diante dos fatos, o ministério público iniciou as investigações.

A outra reportagem se referia à compra de uma fazenda de 2 mil hectares no Estado de Mato Grosso, cujo valor não era compatível com os rendimentos do governador e nem com seu patrimônio declarado.

No dia 11 de maio a Rádio K foi fechada pela primeira vez, ficando fora do ar por 32 horas. Numa audiência com o proprietário da emissora, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, confirmou que Marconi Perillo havia pedido para retirar a rádio do ar, alegando que estavam “batendo pesado no governo”. Para comprovação, foi encaminhada uma gravação contendo os ataques com palavrões ao governador feito por Sandro Mabel, que comandava um programa policial terceirizado. Dois dias depois do fechamento uma multidão de ouvintes se encontrou em frente à sede da emissora e seguiu em caminhada até o Palácio das Esmeraldas, numa manifestação de repúdio. A Rádio K foi reaberta após a direção afastar Mabel e retirar o programa da programação. Antes da intervenção Jorge Kajuru já havia condenado a atitude do apresentador.

4.3 - Processos e perseguição: ditadura goiana

O combate ao nepotismo foi pauta de reportagens da Rádio K. Em maio de 2000, na relação de funcionários em cargos de confiança, constavam 21 pessoas com grau de parentesco com o governador, entre irmã, tia, primos e cunhado. Muitos dos cargos eram nomeados pela primeira dama, Valéria Jaime Perillo, que fazia a indicação de seus parentes. Um outro episódio que envolve a esposa de Perillo é a denúncia de que ela recebia R\$ 9 mil de salário e gratificações, além de utilizar dinheiro público para confeccionar e distribuir fotos dela para serem afixadas nos gabinetes das prefeituras goianas.

O assunto teve repercussão nacional, rendendo uma reportagem na revista *Veja* que intitulou a primeira-dama como a “Evita goiana”. Na revista, Valéria alegou que a remuneração ao trabalho que desempenhava era justo, afirmando: “Tenho de cuidar das minhas filhas, que não contam com a presença constante do pai”. A resposta da *Veja* foi que o caso representava “um caso único de maternidade remunerada”. (KAJURU, 2002, p.98)

Marconi e Valéria Perillo moveram seis processos contra Jorge Kajuru por causa da veiculação da reportagem na Rádio K. Com relação à Veja, o governador encaminhou uma carta-resposta informando que pagaria de seu próprio bolso as despesas relacionadas às fotos oficiais e que demitiria a esposa do cargo que ocupava. Diferentemente da ação adotada contra a rádio, não foi movido nenhum processo contra a revista. Quinze dias depois, a Veja estampava diversas propagandas do Estado de Goiás nas páginas coloridas.

Uma equipe de jornalistas da Rádio K, liderada por Jorge Kajuru, viaja em agosto de 2000 à Austrália para cobrir as Olimpíadas de Sidney. No dia 23 de setembro, uma semana antes de voltar ao Brasil, o jornalista é surpreendido com um telefonema da esposa, contando que havia sofrido um ataque por volta das 22:30h em frente a uma farmácia. Três homens encapuzados ameaçaram matar Kajuru caso ele não fosse embora de Goiás. Na madrugada seguinte, bilhetes reforçando a ameaça foram colocados debaixo da porta do apartamento onde moravam. Sobre esse episódio, Kajuru declarou, em entrevista concedida ao autor deste trabalho:

Aquela foi a maior agressão que sofri. Nunca pensei que poderia chegar a esse ponto, pois família tem de ser respeitada. Até a máfia italiana respeitava. Mas em estados como Goiás, Bahia, Alagoas, infelizmente brigam os homens e não as idéias. Foi quando decidi sair de lá. Fui embora por conta própria. Não houve expulsão. O povo de lá tem amor a mim por causa da imprensa livre que fiz. Para agüentar tudo isso é preciso ser muito forte, e não é fácil.²⁹

De acordo com Kajuru, nenhuma investigação foi aberta pela polícia civil de Goiás para descobrir a origem das ameaças. Num encontro com o secretário da Fazenda Jalles Fontoura, o jornalista foi advertido para abandonar o Estado, dizendo que as ameaças poderiam mesmo ter partido de gente ligada ao governo. Pela falta de segurança o jornalista convenceu a esposa a morar nos Estados Unidos. Ele decidiu voltar para São Paulo (KAJURU, 2002, p.118).

Na cobertura das eleições municipais a Rádio K denunciou flagrantes, com gravação em áudio, do governador Marconi Perillo ameaçando os eleitores de diversas cidades a fim de conseguir votos para os candidatos que ele apoiava. As intimidações eram de fechar hospitais, não repassar verbas públicas, abandonar o município caso vencessem os seus opositores.

²⁹ Jorge Kajuru em entrevista concedida no dia 10 de maio de 2006

Depois da série de reportagens a rádio foi novamente lacrada pelo Ministério das Comunicações, com a alegação de problemas técnicos. O pedido de vistoria havia sido solicitado pelo governador. A emissora ficou fora do ar por 37 horas, voltando a funcionar por efeito de uma liminar. Onze dias depois, no dia 6 de novembro, a rádio sofreu o terceiro fechamento, desta vez por três dias, tendo a direção que recorrer novamente à Justiça.

Pela quarta vez a Rádio K teve seus transmissores lacrados. Desta vez a alegação era referente ao tamanho do muro de proteção dos equipamentos, que estariam em desacordo com as normas técnicas. Foram 30 dias de suspensão, iniciados em 5 de dezembro. Dessa vez, a posição do Ministério parecia querer levar a emissora à falência. Num mês onde haveria dupla folha de pagamento a ser realizada, em decorrência do décimo terceiro dos funcionários, a Rádio K havia perdido 89% do faturamento em anúncios. Apenas 11 anunciantes pagaram, apesar de a mídia não ter sido veiculada. Naquele mês foi registrado prejuízo de R\$ 186 mil.

O promotor público estadual Abraão Amisy Neto publicou o artigo “Adaptação e censura” no jornal Diário da Manhã (edição de 30/12/2000), condenando a atitude do Ministério das Comunicações, classificado por ele como “a mais arbitrária punição que um veículo de comunicação, até então, sofrera” (KAJURU, 2002, p.129).

O jornalista Ricardo Boechat repercutiu a notícia do fechamento da rádio nacionalmente com uma nota com o título “Mordaça legal”, em coluna que mantinha no jornal O Globo (edição de 03/01/2001):

Depois de 30 dias emudecida, voltou a funcionar, ontem, a Rádio K do Brasil, de Goiás. A estação foi tirada do ar pela Anatel por ter comparado o governador Marconi Perillo ao personagem “Menino maluquinho”, de Ziraldo. Foi a mais longa punição do gênero já aplicada no Brasil. Nem a ditadura fez igual. (KAJURU, 2002, p.133)

Novas ameaças de morte começam a aparecer depois que a mulher de Kajuru retornou ao Brasil. No dia 11 de abril de 2001 ela estava na casa dos pais quando recebeu um telefonema. Do outro lado da linha, uma voz dizia que ela e o marido iriam morrer em breve. Dois dias depois a polícia informou que o número do telefone registrado no identificador de chamada pertencia a Marcos Perillo, primo do governador. Apesar da conclusão do inquérito policial, ninguém foi punido.

Mesmo com as dificuldades financeiras que a Rádio K enfrentava, a emissora continuava exercendo o papel de imprensa livre e cumpridora do dever de informar. Em parceria com a Revista IstoÉ, uma reportagem denunciando o esquema de propina no governo envolvendo empreiteiras e lobistas foi divulgada em junho. A rádio veiculou uma gravação na íntegra, onde secretários de Perillo afirmavam que o dinheiro superfaturado de obras públicas deveria ser entregue ao governador. A reportagem rendeu a Jorge Kajuru um novo processo. A revista, por sua vez, não foi processada; pelo contrário, teve todas as páginas de propaganda preenchidas pelo governo goiano na edição posterior à denúncia. (KAJURU, 2002, p. 139 e 140). Coincidência ou não, nunca mais a IstoÉ fez qualquer menção ao escândalo.

O Ministério Público iniciou investigação a partir das informações da imprensa. Quando se chegou à conclusão da necessidade de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Perillo, o processo foi arquivado por decisão da Procuradora Geral do Estado, Ivana Farina.

No dia 21 de junho os transmissores da rádio foram lacrados pela quinta vez sob a mesma alegação: problemas técnicos. A rádio foi reaberta sete dias depois, sob efeito de liminar.

Cansado das pressões e ameaças que sofria, Kajuru decidiu abandonar a direção da Rádio K em outubro de 2001. Durante comentário em um dos programas da emissora, teria pedido aos funcionários que dessem continuidade aos trabalhos e que jamais vendessem a opinião, mantendo a independência editorial. Logo após o anúncio do afastamento Kajuru foi convidado para uma reunião com Marconi Perillo. O encontro aconteceu com a presença de Marcelo Resende e Jorcelino Braga, novos diretores da rádio, onde foi solicitado ao governador que deixasse claro aos empresários de Goiás que não haveria perseguição fiscal a quem desejasse anunciar na emissora.

A Rádio K ficou sob o comando jornalístico de Marcelo Resende durante vinte e dois dias. A saída dele aconteceu depois que a Rede Globo pediu para que deixasse Goiás. Questionada, a emissora de TV informou que era uma questão política. Mesmo com contrato com a RedeTV!, em São Paulo, Kajuru voltou a ser o diretor de jornalismo da rádio.

Marconi Perillo foi então procurar o dono da RedeTV! Marcelo Carvalho para que ele convencesse Kajuru a vender a rádio para um grupo de empresários amigos do governador. Em troca, retiraria os cerca de 30 processos que movia contra o

jornalista. Carvalho chamou Kajuru para uma reunião, juntamente com Alberico Souza Cruz, na época superintendente de jornalismo. No início da conversa, quando foi apresentado o assunto a ser tratado, Alberico pediu para que a reunião terminasse, pois não concordava com a postura adotada pelo empresário, de forçar a venda da rádio.

Os gastos com publicidade durante o governo de Perillo foram os maiores registrados na história do Estado. O escândalo foi denunciado pela Rádio K em dezembro de 2001 através de documentos do Tribunal de Contas do Estado. Naquele ano, o governador havia gastado mais de R\$ 90 milhões em mídia. Representava cinco vezes mais do que havia sido investido pelo governo paulista no mesmo período.

Em março de 2002 uma reportagem revelou qual era a verdadeira intenção desses gastos. Durante reunião com prefeitos do PFL, Perillo afirmou que, graças ao dinheiro destinado à imprensa, ele se mantinha na liderança de todas as pesquisas para a eleição. A fita com o testemunho foi entregue à emissora de rádio, que veiculou a fala na íntegra. Foi aberta investigação pela Justiça Eleitoral, resultando em aplicação de multa ao governador.

Na sede do governo, nove dirigentes do futebol goiano assinavam o documento do patrocínio de R\$ 1,2 milhão para a realização do campeonato estadual. Em conversa sem constrangimento, o governador afirmou que várias pessoas ligadas a ele estavam-no procurando para matar Kajuru, mas disse que naquele momento a morte do jornalista já não interessava mais. Dois dos dirigentes presentes revelaram o teor da conversa a Kajuru, fazendo a denúncia em rede nacional através do programa “Datena Repórter Cidadão”, comandado por José Luiz Datena na RedeTV!, que iniciou o programa do dia 23/05/2002 dizendo:

Eu falo sobre a morte de jornalistas do mundo inteiro e aqui no Brasil, eu pensava que isso não acontecesse, mas não é? Teve uma reunião em Goiânia anteontem, com clubes de futebol, aonde o governador Marconi Perillo confirmou ter recebido propostas de pessoas que queriam matar o Jorge Kajuru. Esse jornalista, que eu conheço desde menino e que luta pela verdade. Eu tentei entrar em contato com o governador e não consegui. (...) Não atender o programa não é o problema. O problema é não querer atender a sociedade. (KAJURU, 2002, p. 220 e 221)

Em julho de 2002 Jorge Kajuru pediu demissão da RedeTV!, e, aproveitando-se do fato de estar longe das câmeras, Perillo foi até Brasília para protocolar uma representação processual, solicitando do ministro das Comunicações, Juarez Quadros, a cassação em definitivo da Rádio K, via decreto presidencial. Ele ainda teria exibido cópias dos 34 processos que, pessoalmente, movia contra Kajuru. No relatório apresentado pelo governador constavam 670 páginas contando toda a história dos quatro anos de críticas ao governo, considerados por ele como suficientes para cassar a emissora.

4.4 - Cobertura da Copa do Mundo

Para a Copa do Mundo na Coreia/Japão, cinco emissoras de rádio de Goiás anunciavam a cobertura dos jogos com apenas dois patrocinadores: o governo do Estado e a prefeitura de Goiânia. Cada um das rádios recebeu R\$ 404 mil, totalizando R\$ 2 milhões (KAJURU, 2002, p. 178).

Segundo Kajuru, a idéia do governador era impedir que a Rádio K fizesse a cobertura dos jogos, por estar com problemas financeiros. Mas, mesmo com as dificuldades, a emissora anunciou que havia conseguido onze patrocínios de empresas privadas, com destaque para a Nestlé, Bradesco e a Universidade Salgado Filho, além da contribuição de José Luiz Datena no valor de R\$ 50 mil, que ainda fazia os comentários ao lado de Sócrates.

4.5 - Kajuru declara apoio a candidatos de oposição

Com o início da campanha e por decisão própria, Kajuru ficou fora do ar até o final das eleições, respeitando a Lei Eleitoral que proíbe uma série de atividades, mesmo jornalísticas, durante a campanha, tal como emitir críticas, favoráveis ou contrárias, a qualquer candidato. Por decisão própria resolveu, então, gravar depoimentos a políticos do PMDB e do PT para serem usados em comícios e serviços de alto-falante, alertando a população sobre os assuntos que a imprensa goiana não revelava (KAJURU, 2002, p. 237).

No dia 17/09/2002 o procurador regional eleitoral, Marco Túlio Oliveira e Silva, pediu à equipe de jornalismo da Rádio K para informar que havia solicitado a abertura de investigação judicial eleitoral contra o candidato à reeleição Marconi

Perillo. A ação foi movida em razão de uso indevido de meio de comunicação social. O jornal Diário da Manhã concedia reportagens de capa a favor do político, além de favorecê-lo em diversas outras reportagens. (KAJURU, 2002, p. 253)

4.6 - “É hora de abandonar”...

Policiais militares de Goiânia invadiram o campus 2 da Universidade Federal de Goiás no dia 3 de outubro para recolher exemplares do livro *Dossiê K*, que eram distribuídos por alunos. Houve um início de tumulto quando os policiais tentavam retirar os exemplares. O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás havia concedido liminar favorável ao governador Marconi Perillo proibindo a impressão e circulação do livro no Estado até o fim do processo eleitoral. Um mandado previa a busca e apreensão da publicação que relatava diversas denúncias contra político através da Rádio K.³⁰

O site midiaindependente.org relata no dia 03/10/2002 uma ação da Polícia Militar de Goiás semelhante às medidas adotadas durante a ditadura. A pretexto de cumprir um mandado de busca e apreensão expedido pela juíza e fiscal da Propaganda Eleitoral Doraci Lamar Rosa da Silva Andrade, soldados da PM investiram contra um grupo de cerca de 800 manifestantes que protestavam na avenida Goiás, no centro de Goiânia, devido ao mandado de fechamento da Rádio K do Brasil, que teve suas atividades suspensas por oito dias por determinação do TRE de Goiás.

A juíza auxiliar da fiscalização da propaganda eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Carmecy Rosa de Oliveira, havia suspenso dois dias antes (1/10/2002) a programação da Rádio K do Brasil por oito dias, através de medida liminar em favor de requerimento do governador e candidato Marconi Perillo. Na decisão, a juíza argumentou que a Rádio K descumpriu a legislação eleitoral. Conforme o requerimento feito pelo candidato do PSDB, a rádio estaria fazendo propaganda para os candidatos adversários da coligação governista.

Marconi Perillo foi reeleito governador de Goiás com 51,2% dos votos válidos. Como já havia informado que deixaria o comando da Rádio K caso o governador vencesse as eleições, Jorge Kajuru deixou a emissora no dia 9 de outubro,

³⁰ “PM invade campus de universidade atrás de livros de Jorge Kajuru”. Disponível em <http://www.dossiek.hpg.ig.com.br/folha.html>. Acessado 25/08/2006

transferindo a direção geral da rádio para José Luís Datena. Em outubro de 2003 a Rádio K muda de nome, tornando-se a Rádio 730, referência à frequência pela qual é transmitida. Ela funciona atualmente sobre a direção de Joel Datena, filho de José Luiz Datena.

– CAPÍTULO 4 –

JORGE KAJURU: CRÍTICO E POLÊMICO

No dia 10 de maio de 2006, o jornalista e apresentador Jorge Kajuru concedeu uma entrevista exclusiva. O encontro foi na sede do SBT, em Osasco, numa sala ocupada pela equipe de produção do Programa Jogo Duro. Muito atencioso, ele nos atendeu após encontro com um grupo de estudantes de uma faculdade da Grande São Paulo. Segundo informações da assessoria do jornalista, é comum estudantes de jornalismo agendarem encontros visando a produção de trabalhos acadêmicos. A postura crítica e irreverente do apresentador cativa os universitários.

Por causa da grande procura, a direção do SBT determinou que Kajuru não mais concedesse entrevistas a estudantes nas dependências da emissora, conforme nos foi relatado pela jornalista Simone Magalhães, da equipe do apresentador. Mas com sorte, e muita insistência, conseguimos o encontro.

Durante 55 minutos conversamos com Jorge Kajuru sobre variados assuntos que incluíram sua experiência jornalística, os 108 processos judiciais que já sofreu e suas opiniões sobre a imprensa brasileira. Também ouvimos confissões emocionantes de um jornalista que tem a biografia marcada pela defesa da liberdade de imprensa.

Segue a entrevista:

Existe liberdade de imprensa no Brasil?

Estou cada vez mais certo de que não. O que existe é a liberdade de empresa, e isso é bem claro em todos os meios. Só não vêem aqueles que não querem. Quando fui demitido ao vivo da Band pude perceber a diferença entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa. Mas de forma alguma isso deve afastar do jovem o sonho de ser jornalista, pois mesmo com todas as dificuldades eu ainda acredito que esta é a profissão mais linda do mundo. É muito mais valioso para um país um jornalista honesto do que qualquer outro profissional liberal. Talvez eu não o compare com um médico, que salva vidas. Mas no que se refere à paixão e ao ideal, não há nada mais apaixonante que os ideais de um bom jornalista. O jornalista, na concepção da palavra, é aquele que serve ao povo e não aquele que

se serve dele. É glorioso poder servir à sociedade. O profissional que faz isso para a sua existência, mantendo uma distância cética de qualquer poder, está se mostrando um verdadeiro jornalista. Não importa se o dono do veículo para o qual você trabalha não tenha publicado a matéria que você fez, se a rechearam ou se mudaram o contexto. Você tem de se orgulhar de que fez o melhor, investigou e cumpriu todos os passos éticos. Basta anotar num caderno tudo aquilo que você fez e o que aconteceu após a entrega do material. Assim você dormirá tranquilo, [com a certeza] do dever cumprido. Vale muito mais ser jornalista para atender aos próprios ideais. Não queira atender aos de seus patrões, porque cada um tem um interesse, um negócio. Afinal, hoje em dia, infelizmente, jornalismo é um balcão de negócios. O jovem não pode desistir. Ele precisa encarar a realidade. Tem de cumprir o seu papel. Pensar que estará livre para fazer o que quer é utopia. Ninguém vai te dar 100% de liberdade. Acredito que a Folha de São Paulo é o jornal mais próximo da liberdade de imprensa, pois existe a pluralidade da informação e opinião. A Rede Globo, por exemplo, tem apenas uma opinião, a dela. Jornalistas que conflitam com essa linha não têm espaço na “toda poderosa”. O jornalista tem de pensar em agradar mais a ele que às vontades do patrão, equilibrando essa relação. É nisso que tenho acreditado. Sou uma pessoa que dura pouco nos lugares. Nunca tive total liberdade em nenhum lugar onde trabalhei. Também não saía brigando por qualquer motivo. Tive que aprender a dosar aquilo que falava. Mas nunca deixava de falar de um sujeito bandido na política, no futebol ou na imprensa. Mas deixava de falar, às vezes, de pessoas próximas aos donos da empresa. Essas eu ignorava. O jornalista tem de entender que ele não pode consertar o mundo, mas não pode deixar que o mundo o desconserte.

Como surgiu a paixão pelo jornalismo?

Começou ainda criança, na cidade de Cajuru, interior de São Paulo. Com oito anos ganhei um livro de uma prima que contava a história de Che Guevara. Daí para frente pensei que poderia mudar o mundo. Naquela época eu já era contestador. Não queria ser diferente de ninguém, apenas não queria ser igual. Na rádio, quando fazia o serviço de alto-falante da cidade, eu contestava até uma música que fosse sugerida pelos casais de namorados que ficavam na praça. Se a música fosse ruim eu não tocava. Isso não era tipo, é a minha personalidade. Você não pode ser uma pessoa no ar, e outra fora. Sou preso à minha história, e acredito que não existe a

ética profissional e a ética da vida privada. Ética é uma coisa só: você tem ou não. Não existe ambigüidade.

Você acha que a legislação brasileira engessa a atividade jornalística?

Eu acho que este é o principal ponto. Porque, se uma pessoa que é denunciada ou criticada pede dinheiro, como indenização, ela está dizendo que a sua honra tem preço. E honra não tem preço. Não tem cabimento alguém que é denunciado pedir dinheiro ao jornalista. Antes disso, ele deve pedir que se prove tudo aquilo que foi dito. Se não provar, eu ainda acho que a maior punição é o jornalista ser demitido do local onde trabalha e ser julgado pela opinião pública. O mesmo espaço que foi usado para acusar deveria ser ocupado para mostrar que ele mentiu. Não existe condenação maior que um profissional de comunicação carregar a imagem de mentiroso. Por que então pedir dinheiro, mesmo sabendo que os jornalistas recebem tão mal? Essa atitude mostra que, além de colocarem preço sobre a honra, essas pessoas querem ameaçar, intimidar e pressionar o jornalista - e levando à depressão, como aconteceu com Paulo Francis [1930-1997], depois de ser condenado a pagar milhões de indenização à Petrobrás. Essa legislação precisa mudar urgentemente, mas não vejo como. Por isso é utopia falar que temos liberdade de imprensa no Brasil. Em muitos casos os patrões não assumem com os jornalistas o compromisso de pagarem os processos. Se pudesse trabalhar numa emissora que me desse, como a Band me deu durante algum tempo, e que ainda dá ao [José] Datena, ou a Folha de São Paulo com o [Juca] Kfourir, que é uma cláusula no contrato oferecendo suporte e assistência jurídica, eu não gastaria o que gasto com advogados. Gastava cerca de R\$ 27 mil por mês, mas parei de pagar por causa do desemprego. Porque, graças a Deus, demiti mais patrões do que patrões me demitiram. Hoje pago de R\$ 7 a 8 mil por mês. Com todos os processos, já gastei mais de R\$ 1,3 milhão.

Os processos são para inibir os jornalistas?

Claro, evidente. O governador de Goiás, Marconi Perillo [PSDB], me processou 43 vezes. Era por qualquer coisa. Em nenhum momento ele pediu que eu provasse o que falava. Era processo civil ou criminal. Pedia dinheiro ou ameaçava me pôr na cadeia. Pedia indenizações altas no valor de R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão. Foi o mesmo que aconteceu com a [apresentadora de TV] Luciana Gimenez, que me

processou porque eu disse que ela não é inteligente, e não é realmente. Então me justifiquei dizendo que ela não era burra, apenas pensava menos que uma mesa. Numa entrevista à [apresentadora de TV] Sônia Abraão, disse que pediria desculpas à mesa, por tê-la comparado com a apresentadora. A indenização era no valor de R\$ 500 mil. É um absurdo. Eu não sou o Mick Jagger.

Quantos processos judiciais estão ativos?

Tenho 14 civis e seis criminais. Eram 108, mas ganhei vários e outros foram prescritos. Recentemente ganhei, em primeira instância, um processo movido pela primeira dama de Goiás. Um fato inédito, ganhar um processo na Justiça daquele Estado. Ela teve de pagar os honorários advocatícios, depois que o juiz julgou improcedente o processo.

Adotar uma postura crítica como a sua traz, além dos custos financeiros, o desgaste emocional. Como você lida com isso?

Eu não posso chegar a público e falar que me arrependo de tudo o que fiz, ou ainda que estou mal financeiramente. Pelo contrário, tenho orgulho de ser o que sou e de ter conquistado o que conquistei. Há 30 anos, quando comecei a minha carreira, tinha certeza de tudo o que aconteceria comigo. Nada me foi escondido. Sabia qual era o caminho mais fácil para ser rico, famoso e ficar numa boa com todo mundo. Esse caminho foi tomado por Milton Neves, [Roberto] Avaloni, Galvão Bueno, entre outros. Escolhi outro, o caminho mais difícil para um jornalista, sabendo que não ficaria rico, que perderia patrimônio e levaria uma vida cheia de desgastes emocionais. Fiz a minha escolha, e por isso não tenho o direito de me queixar. De cabeça erguida, aceito tudo. Me espelhei em bons profissionais como João Salgado, [Juca] Kfourri, [José] Datena - esses dois últimos são verdadeiros irmãos para mim. Eu não poderia mudar o caminho, pois se o fizesse estaria me decepcionando. Isso tudo me proporcionou ir longe profissionalmente, mas apenas profissionalmente. Mas não tenho nada mal resolvido. Consigo ser feliz com aquilo que tenho. Emocionalmente, perdi uma oportunidade de construir uma família. Minha ex-esposa sofreu muito em Goiás por causa da minha posição crítica. Nossa casa foi invadida; vivíamos com seguranças o dia todo. A dor maior foi quando, durante a Olimpíada de Sidney em 2000, estava com o [Vanderley] Luxemburgo, [Walter] Casagrande e outros amigos, quando recebi um telefonema da minha esposa, que

estava desesperada dizendo que havia acabado de sofrer um ataque. Três homens encapuzados disseram que ela morreria caso eu continuasse abordando assuntos polêmicos do Estado. Aquela foi a maior agressão que sofri. Nunca pensei que poderia chegar a esse ponto, pois família tem de ser respeitada. Até a máfia italiana respeitava. Mas em estados como Goiás, Bahia, Alagoas, infelizmente brigam os homens e não as idéias. Foi quando decidi sair de lá. Fui embora por conta própria. Não houve expulsão. O povo de lá tem amor a mim por causa da imprensa livre que fiz. Para agüentar tudo isso é preciso ser muito forte, e não é fácil.

E como foram essas agressões sofridas em Goiás?

Já não tenho mais paciência de entrar em detalhes sobre esses casos. São histórias que me machucaram muito, e que ainda me machucam. Mas eu tenho uma explicação para não querer detalhar. Não gosto de falar sobre isso atualmente porque a pessoa que viveu do meu lado os tormentos de Goiás está iniciando uma nova vida. Naquela época, ela estava comigo muito mais por ideal que por amor. Amava a minha causa. Ela era jornalista e se apaixonou pela minha luta em favor da liberdade de imprensa, sofrendo todo tipo de dificuldades durante dez anos. Desejo que, agora, seja muito feliz. Por isso evito falar publicamente sobre os casos. Posso afirmar que não foi fácil. Da minha parte, me dava oxigênio e orgulho falar que era jornalista, que estava colaborando com uma imprensa livre. Era um vigia dos cidadãos, investigando as aplicações do dinheiro público. Sempre fui mais jornalista político que jornalista esportivo. Dormia pouco, porque ficava pensando como seria o dia seguinte, como faria para investigar determinado fato ou como daria a opinião. Tinha e ainda tenho a consciência tranqüila. Fiz de tudo para que agora, dez anos depois, nada possa manchar a minha história. Dizia para as pessoas que me abordavam que esperassem os anos passarem para ver se tudo aquilo era verdadeiro ou se estava motivado por algum interesse particular, como concessão de TV, cargos públicos etc. Já se passaram dez anos e eu não tenho nada. Isso é motivo de orgulho. Também me orgulha o fato de todos os canalhas daquele Estado se juntarem contra mim.

Você acredita que as concessões de TV e rádio são motivadas por apadrinhamento político?

A Rádio K [emissora que Kajuru possuía em Goiás] foi fechada 11 vezes. Uma vez ficou lacrada durante 30 dias, tempo recorde. Nem na ditadura militar isso ocorreu, conforme escreveu Ricardo Boechat no jornal O Globo. Tudo porque chamei, durante um programa da emissora, o governador de Goiás de “menino maluquinho”. Enquanto o país tiver essa regra, enquanto o governo concede e renova as concessões, não teremos uma imprensa livre e um jornalismo investigativo. É mais fácil acreditar num jornal livre que numa TV ou rádio, mesmo porque esses últimos precisam do governo para ter suas concessões renovadas. Quantos canais foram dados neste país em troca da verdade? A regra pode ser: “Cale-se, deixe-me roubar à vontade que eu dou a você uma emissora”. Assim é fácil construir um império, e nenhum conseguiu sobreviver sem apoio político. O Silvio Santos é o único, na minha opinião, que não tem o rabo preso. Basta você ver o que ele faz, o que os funcionários dessa casa falam e não são punidos. Ele não tem medo de político. Sou a maior prova disso. Durante os seis meses do programa Fora do Ar, ele recebia toda semana telefonemas de políticos reclamando de mim, e o Silvio nunca me chamou atenção por isso.

Qual a sua opinião sobre a relação entre jornalismo e publicidade?

Para a maioria das pessoas que estão no meio é um mal necessário. O Kfourri não está na TV aberta porque não aceitou fazer publicidade. Eu tive de abrir mão desse princípio para ficar [no SBT]. No programa Jogo Duro, colocamos um *quizz* interativo promovido por uma operadora de celular. Mas mesmo assim, não abro mão de muitas coisas. Na minha opinião isso é prejudicial ao jornalismo. O único motivo pelo qual admiro o jornalismo da Globo é que a emissora não aceita esse tipo de relação. Não exige que seus âncoras sejam garotos propaganda. O SBT não exige que eu faça. Mas os que já fiz e faço são de produtos que realmente uso e recomendo como consumidor. Diferente da Xuxa, que fazia propaganda dos sucos Tang, quando na verdade não toma esse tipo de bebida. Ou como o Milton Neves, que durante anos anunciava a Schincariol como a melhor cerveja, mesmo sendo ruim. Isso é mentir para o público, além de ser uma prostituição jornalística.

Num artigo de jornal, Juca Kfourri chamou você de “verdadeiro compulsivo”. Isso é verdade?

O Juca disse que eu deveria me processar por tudo aquilo que digo. Esse artigo foi por causa de um entrevista à revista Playboy, em que o repórter queria saber de tudo, até o tamanho do meu pênis. Eu disse que era pequeno e que estava brocha, por causa do diabetes. Falei isso para alertar sobre a gravidade do diabetes, que é simples de ser diagnosticado, mas que muitos homens não levam a sério. Eu disse também que a melhor relação sexual que tive foi com uma prostituta. E foi mesmo, afinal ela foi mais sincera que todas.

Kfouri escreveu outro artigo a seu respeito, intitulado “O preço da dignidade”. Afinal, existe um preço para ser digno?

Escolhi esse caminho e não posso me queixar de nada. Quando estava na Band, falava mal da própria emissora, e a consequência foi a demissão. Reclamava dos comerciais longos, da programação, etc. A minha maior mágoa com a emissora foi que eles me disseram que eu poderia e deveria ser como sou. Durante um ano e meio tivemos os melhores índices de audiência registrados pela casa naqueles horários. Cheguei a registrar oito pontos no ibope, sendo que hoje não passa de 1,5. Já tentaram de tudo, até humor e mulher pelada, mas não deu certo. A direção me cumprimentava todos os dias, uma vez que a audiência aumentava e o faturamento também. Até que eu mexi com um político padrinho da emissora, ligado à cúpula dos diretores. O responsável pela minha demissão ao vivo foi o governador de Minas Gerais, Aécio Neves [PSDB]. Uma semana antes a emissora havia renovado o meu contrato por mais cinco anos, além de aumentar o meu salário de R\$ 90 mil para R\$ 150 mil. O programa ganhou mais uma hora e meia de duração, e nem a folga que pedi eles me deram. Muita gente disse que eles já queriam me demitir e estavam apenas esperando uma oportunidade. Mas quem quer mandar um funcionário embora faz tantos agrados assim? Foi o negócio que a Band tinha com o governador que me derrubou. A Band tinha isenção de impostos em troca de publicidade, e eu dancei em nome disso. A direção chegou a propor que eu pedisse desculpas ao vivo para o governador em troca do emprego de volta. Eu, é claro, não aceitei. O Kfouri ouviu esse testemunho e escreveu o artigo com o título “O preço da dignidade”. O Ricardo Valadares, editor da Veja, também sabia do fato, mas não publicou. Eles [a Veja] preferiram me rotular como encenqueiro. Penso, então, que o preço da dignidade deve ser sempre a verdade, mesmo porque dignidade não tem preço.

Depois de passar por todas essas dificuldades, como você se sente?

Estou bem. Enfim, conheci a grande mulher da minha vida. Estou feliz ao lado dela, pois ela gosta muito mais do Jorge que do Kajuru. Profissionalmente, estou satisfeito com o programa Jogo Duro, apesar de não ser aquilo que eu desejava. O meu contrato com o SBT é renovado mensalmente e isso causa uma grande instabilidade. Enquanto há muitos profissionais com contratos de 4, 5, 6 anos, o meu é de apenas um mês. O motivo é que a direção acha que o Kajuru pode custar caro à emissora em virtude dos processos. Então é feita, todos os meses, uma avaliação baseando-se em dados de audiência, faturamento e linha editorial. Nesse sentido acho um desrespeito um profissional ficar sujeito a esse tipo de avaliação. Mas, em contrapartida, o SBT me dá mais liberdade. Aqui pude falar do Aécio Neves sem correr o risco de ser tirado do ar, ao vivo.

Com o programa Jogo Duro a política ficou de lado. Sente saudade de debater sobre esse assunto?

O Jogo Duro é um programa de esportes, então não posso invadir a outra área. Sinto saudade sim, mas acho que eles [os políticos] estão felizes porque parei de pegar no pé deles, pelo menos por enquanto.

Que mensagem você deixaria para os jovens jornalistas?

Eu gostaria de dizer uma frase: a mim pouco importa se a mula é manca, eu quero é contestar, eu quero é protestar. Não vim a este mundo para ser diferente, apenas não quero ser igual. Amo ser anormal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o jornalismo se cala diante de interesses particulares, a sociedade deixa de evoluir. Por diversas vezes as páginas de nossa história foram marcadas por barbáries cometidas com o único propósito de barrar a atividade profissional daqueles que buscavam transmitir informação. Por outro lado, tivemos grandes exemplos de verdadeiros guerreiros que pagaram até com a própria vida para hoje termos o direito de difundir fatos e opiniões.

Apesar das conquistas históricas, a batalha não cessa jamais. Ainda presenciamos casos de atentados à liberdade de imprensa que nos fazem questionar se o Brasil é, realmente, um país democrático. Homens eleitos democraticamente por meio do voto são os maiores responsáveis por atentar contra o princípio da liberdade de imprensa, conforme o último relatório anual da FENAJ. Muitas dessas perseguições têm como objetivo evitar notícias que confrontam interesses próprios. Tentam, a todo custo, instaurar uma política de alienação coletiva, colaborando para uma sociedade desinformada e sem senso crítico.

Não há comprometimento dos governantes em zelar pela liberdade de imprensa em nosso país. A autocensura, a perseguição aos jornalistas, a violação do direito constitucional que assegura a livre manifestação de idéias vêm se tornando cada vez mais comum no dia-a-dia desses profissionais.

O coronelismo midiático é evidente. Basta analisarmos as sucessivas tentativas de repressão sofridas pelo jornalista Jorge Kajuru, onde a Justiça, que deveria assegurar os amplos direitos do cidadão, vem sendo utilizada com fins meramente repressivos, como instrumento de pressão psicológica e financeira.

Afinal, como questiona Kajuru, será que a honra tem um preço? Como medi-la? Mais que o teor das denúncias, o que parece importar é o desejo de calar quem “fala demais”. Nossa legislação é repleta de brechas, favorecendo todo tipo de interpretação. Não há um dispositivo legal que deixe clara a garantia de informar sem restrição. Pelo contrário, a liberdade de imprensa está atrelada ao fato de não atentar contra algum tipo de interesse.

É claro que o jornalista deve exercer suas atividades profissionais respaldado pela ética e comprometido com a sociedade. Desta forma, é necessário que tenhamos responsabilidade para divulgarmos apenas a verdade, fruto de investigação e fundamentado com provas. Kajuru, em todas as reportagens

veiculadas pela Rádio K utilizava documentos e testemunhos, zelando por um trabalho sério e verdadeiro. Isso faz com que o profissional de comunicação ganhe respeito e credibilidade, maiores conquistas que um jornalista pode possuir.

Um outro fator importante a se discutir é a interferência do jornalista na reportagem. Por mais que saibamos da impossibilidade de sermos imparciais, uma vez que temos opiniões e juízos de valores, devemos nos manter distantes do desejo de expressá-los quando o que pensamos pode alterar os fatos.

O jornalista é um agente da sociedade, portanto deve fiscalizar os atos públicos e denunciar os problemas. Foi com base nesses princípios que a Rádio K atuou durante os cinco anos sob o comando de Kajuru. Vemos que manter essa postura não é fácil. Represálias, processos e perseguição acontecem quando não entramos no “esquema” pré-moldado que visa desinformar e alienar.

A ampla discussão sobre o tema precisa ganhar espaço, afinal é um princípio indispensável para que tenhamos homens e mulheres conscientes e capazes de cobrar, questionar e punir. Essa punição não se refere a punir com os mesmos efeitos da justiça, mas sim através das ações competentes aos cidadãos, seja nas eleições, ao não votar naqueles políticos que privam a ampla informação, ou punindo com a falta de audiências os veículos que não se preocupam com a ética.

A defesa da liberdade de imprensa não pode ficar restrita aos jornalistas, mas aos cidadãos. Ela não é um direito da classe, diz respeito a todos, visto que está relacionada ao direito público à informação.

Discutir liberdade de imprensa passa, ainda, pelo assunto democratização dos veículos de comunicação. Com a centralização dos grupos de mídia nas mãos de políticos e grandes empresários, assistimos ao espetáculo da notícia vendida como produto, ou veiculada com a finalidade de afagar egos ou de propagar informação em benefício próprio.

Nas regiões norte e nordeste vemos que nessa relação mídia e poder estão fortemente atrelados. Temos exemplos de políticos que utilizam a imprensa para garantirem seus mandatos, privando os jornalistas de emitirem qualquer assunto que o atinja. É o caso da família Sarney no Maranhão, dos Magalhães na Bahia, dos Collor em Alagoas, entre outros que mantêm nas mãos importantes veículos de comunicação de massa, criando um império de informação ao próprio dispor.

Uma outra forma que os políticos encontraram para manter a imprensa refém de suas vontades é através de verbas publicitárias, que favorecem o caixa financeiro

dos proprietários dos veículos em contraponto da liberdade limitada. Kajuru vivenciou pelo menos duas dessas ações. A primeira através do governador Marconi Perillo, em Goiás. As verbas publicitárias eram, em muitos casos, a salvação econômica dos grupos de comunicação. A contrapartida era o silêncio dos jornalistas diante dos escândalos que tomavam conta do estado. Já em Minas Gerais, a truculência e o espírito repressor de Aécio Neves foram revelados com a demissão ao vivo da Band após criticar o governador. Como relato de Kajuru: “demitido em nome dos negócios que a emissora mantinha com o governo mineiro”.

Em memória dos verdadeiros heróis da defesa da liberdade de imprensa no Brasil, em nome de Cipriano Barata e Frei Caneca, que abriram margem para esse direito durante a Revolução Pernambucana, façamos uma ampla rede de defesa para garantir a verdadeira liberdade de imprensa. Afinal, sem ela não há verdade. E onde não há verdade, não existe notícia. Só exercendo o pleno direito de informar podemos ser jornalistas comprometidos com a ética e com o dever de bem informar a sociedade.

Referências:

A LIBERDADE de imprensa e a lei. Normas jurídicas que afetam o jornalismo nas Américas.

Coleção Chapultepec - Sociedade Interamericana de Imprensa: 2000.

ALVES, Magda. *Como escrever teses e monografias*. São Paulo: Campus, 2002.

ANDRÉ, Alberto. *Ética e códigos da comunicação social*. São Paulo: Sagra Luzzato, 2000.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

BELTRÃO, Luiz. *Introdução à filosofia do jornalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar*. Santarém: Jortejo, 2000.

KARAM, Francisco José Castilhos. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

RIZZINI, Carlos. *Liberdade de imprensa*. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 1998.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: A influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Sites consultados:

<http://www.pautasocial.com.br/artigo.asp?idArtigo=179>. Acesso em 18/04/2006

<http://www.an.com.br/2004/jun/06/0mac.htm>

<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>
<http://www.fenaj.org.br/Leis/Lei%20de%20Imprensa.html>
<http://www.igutenberg.org/projeto.html>
<http://www.anj.org.br>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Inj%C3%BAria>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Difama%C3%A7%C3%A3o>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%BAria>
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=294CID001>
http://www.unesco.org.br/noticias/ultimas/declarachapultepec/noticias_view
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u88782.shtml>
http://www.sergiomattos.com.br/liv_controle08.html
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm
<http://www.liberdadedeimprensa.org.br/?q=node/5>
http://www.rsf.org/rubrique.php3?id_rubrique=556
<http://www.youtube.com>